Plano de Atividades, Investimentos e Orçamento

AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. | 2021

ÍNDICE

A. PRINCIPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS 5
1. INTRODUÇÃO 5
2. A EMPRESA 7
2.1 MISSÃO 7
2.2 VISÃO 7
2.3 ATIVIDADE E POLÍTICAS 7
2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO 8
3. SUMÁRIO EXECUTIVO 10
4. PRESSUPOSTOS MARCROECONÓMICOS 13
B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO 14
1. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL 14
1.1. Investimento 14
1.2. Desagregação e Calendarização do Investimento 16
1.3. Cobertura Financeira dos Investimentos (EVEF) 20
1.4. Identificação dos Novos Investimentos cujo montante total seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10 % do Orçamento da empresa para o ano de 2021 (1) 24
1.5. Memória descritiva dos Novos Investimentos, Plano Financeiro Plurianual, Objetivos a atingir e Indicadores Financeiros e Operacionais 25
1.6. Priorização dos Investimentos 30
1.7. Financiamento do Investimento 33
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021 34
2.1 BALANÇO PREVISIONAL 34
2.1.1 EFEITO DA IFRS 16 (LOCAÇÕES) 36
2.1.2 BALANÇO PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES 37
2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL 39
2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES 43
2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 44
2.3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES 46

3. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SEE 49
3.1 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS 49
3.2 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO 50
3.3 MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS 51
3.4 CRESCIMENTO DO EBIT 52
3.5 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS) 53
3.5.1 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS AJUSTADO (EVENTOS SEM REPETIÇÃO E EFEITOS COVID 19) 55
3.5.2 NOTAS SOBRE AS RÚBRICAS DO PRC 58
3.5.2.1 CUSTO DAS VENDAS 58
3.5.2.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 59
3.5.2.3 DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, ALOJAMENTO E ENCARGOS COM VIATURAS 61
3.5.2.4 CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA 62
3.5.2.5 VOLUME DE NEGÓCIOS 62
3.5.2.6 FROTA AUTOMÓVEL 64
3.5.2.7 AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 65
3.6 REDUÇÃO DO VOLUME DOS "PAGAMENTOS EM ATRASO" *(ARREARS)* 65
3.7 MINIMIZAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DOS ENCARGOS FINANCEIROS ASSOCIADOS 66
3.8 ENDIVIDAMENTO 67
3.9 RECURSOS HUMANOS 68
3.9.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS E EFETIVO DE RH 68
3.9.2 AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS 69
3.9.3 CONTRATAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DE COLABORADORES 77
3.9.4 CONVERSÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO A TERMO EM CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO 77
3.9.5 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES 78
3.10 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO 78
4. ESFORÇO PÚBLICO DE FINANCIAMENTO 79
5. CONCLUSÕES 80

A. PRINCIPIOS, PRESSUPOSTOS E LINHAS ORIENTADORAS

1. INTRODUÇÃO

A região do Alentejo, em particular o Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central, é reconhecidamente uma região com graves carências de abastecimento de água para consumo humano em termos de qualidade e quantidade, situação que se tem vindo a agravar pela continuidade de Seca que se vive na região, em particular na zona mais a sul do Sistema, nos concelhos de Castro Verde, Mértola, Almodôvar, Ourique e Odemira, originado pela escassez dos recursos de água existentes na região. Acrescem ainda os problemas ao nível do tratamento de águas residuais urbanas, agora concentrados num conjunto de pequenas instalações de tratamentos, após ultrapassados os antecedentes com processos em fase de contencioso comunitário por incumprimento das Diretivas Comunitárias aplicáveis.

Foi nesse contexto que em 25 de setembro de 2009 foi assinado entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo um contrato de Parceria Pública visando a conceção, construção e exploração de um Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), envolvendo as componentes abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais urbanas, ambas na vertente "em alta" e por um período de 50 anos.

No âmbito desse contrato foi criada, na mesma data, como entidade gestora da Parceria a empresa AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA, também designada por AgdA, atualmente com um capital social de € 9.053.000 (nove milhões e cinquenta e três mil euros) repartidos entre a Águas de Portugal, SGPS (51%) e a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo (49%), à qual foi cometida, através de um contrato de gestão celebrado entre os Parceiros e a Sociedade, não só a responsabilidade pela execução de um vasto programa de investimentos em infraestruturas e equipamentos mas também a exploração e a gestão dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais urbanas pelo período de 50 anos de vigência da Parceria.

Apesar de formalmente criada em setembro de 2009, a AgdA só inicia a sua atividade operacional em 1 de julho de 2010, integrando gradualmente os sistemas de abastecimento de água e de saneamento "em alta" dos 20 municípios que atualmente integram a parceria.

No que diz respeito ao ano de 2021 e seguintes, importa ter presente que o orçamento plurianual foi elaborado tendo em consideração os pressupostos de atividade e de investimento previstos no contrato de gestão e respetivo aditamento, bem como as iniciativas desenvolvidas em 2020 antecipando a revisão do estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) para o quinquénio de 2021 a 2025 e remanescente período da Parceria, bem como a excecionalidade dos anos de 2020 e perspetiva de 2021 no que respeita à Pandemia pela Covid-19, identificando-se no documento os encargos que se preveem suportar para prevenção de trabalhadores, não se prevendo, no entanto, alterações significativas à atividade da empresa.

Tendo em conta o acima referido o Plano de Atividades e Orçamento 2021 assenta em pressupostos base do EVEF, elaborado em 2015 e que suporta os contratos de Parceria e de Gestão cuja revisão se encontra em curso, com a atualização do plano de investimento e encargos com o pessoal que se preveem vir a realizar no triénio.

Referir que no Plano de Atividades e Orçamento para 2021 está em conformidade com o Plano de Atividades e Orçamento de 2020, aprovado pelos despachos n.º 611/2020-SET e 156/SEAMB/2020, nomeadamente no que diz respeito à estimativa de fecho para 2020 corresponder ao orçamento de 2020 e ao Orçamento de 2021 corresponder à projeção para 2021.

2. A EMPRESA

2.1 MISSÃO

No âmbito da sua Missão, a AgdA procede à exploração e à gestão dos serviços de água relativos ao Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo), em regime de parceria pública visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Proporcionar aos clientes, os serviços de suporte comuns que são necessários ao seu funcionamento, de forma eficiente e a preços competitivos, potenciando a obtenção de economias de escala, disponibilizando soluções tecnologicamente avançadas, incorporando boas práticas de gestão e contribuindo decisivamente para a prossecução dos objetivos da empresa nas diferentes áreas de atuação.

A gestão da empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2.2 VISÃO

A AgdA pretende ser reconhecida como empresa de referência, pela qualidade, continuidade e eficiência dos serviços que presta, numa região com necessidades especiais, devidas essencialmente a problemas de escassez de recursos hídricos e à dispersão populacional.

2.3 ATIVIDADE E POLÍTICAS

A AgdA assume o compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e colocará, nos vários níveis da sua organização, todo o empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com os seus clientes, acionistas, trabalhadores, fornecedores e comunidade.

Na sua atividade, assume como princípio incontornável a criação de condições para a cobertura integral dos gastos com o serviço prestado, com vista à eficiência, e prosseguirá com a sua função estruturante na área onde desenvolve a sua atividade, a região do Alentejo, contribuindo para a gestão adequada dos recursos disponíveis na região e para a requalificação ambiental do território.

Conhecedora dos problemas ainda não resolvidos no setor do abastecimento de água e do saneamento e consciente das suas responsabilidades no cumprimento das metas nacionais e comunitárias a AgdA desenvolve a sua atividade no sentido de contribuir ativamente para serem atingidas as metas 86% e 78% de atendimento nas componentes

abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, respetivamente, estabelecidas no Contrato de Gestão, relativamente ao Sistema Publico de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Na sua gestão, a empresa cumpre as orientações fixadas na legislação e aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, bem como as recomendações emanadas pelos acionistas.

A Empresa cumpre igualmente as disposições relativas aos princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Na sua atividade, assume os seguintes objetivos:

i. Assegurar maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante da especificidade do Sistemas Publico de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;

ii. Aumentar a eficiência dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais urbanas com o objetivo de reduzir os gastos associados;

iii. Garantir a disponibilidade dos meios financeiros para investimento;

iv. Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da entidade gestora do Sistema Publico de Parceria Integrado de Águas do Alentejo;

v. Contribuir ativamente para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente.

2.4 INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

Tendo por objetivo a prossecução dos objetivos estratégicos definidos pelos acionistas da empresa para as atividades de Abastecimento e de Saneamento de Águas residuais, a AgdA dispõe de um conjunto de instrumentos de planeamento, execução e controlo dos quais se destacam pela sua importância económicos e financeiros:

a) EVEF – Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro

O documento é elaborado quinquenalmente, como obrigatoriedade do próprio contrato de gestão, e para um horizonte da parceria, revisitando pressupostos, encargos, investimentos e estabelecendo as tarifas para o quadro de sustentabilidade económica e financeira da parceria. Periodicamente é efetuada a avaliação do estado de realização e acompanhamento financeiro da execução com as previsões em EVEF sendo o acompanhamento analisado pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração.

b) PAI – Plano Anual de Investimentos

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de três anos e consiste numa previsão de todos os investimento que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. A realização dos projetos é controlada por meio do sistema SAP e o acompanhamento é efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

c) PAC – Plano Anual de Compras

O documento é elaborado anualmente para um horizonte de dois anos e consiste numa previsão de todos os procedimentos de compras de bens e serviços que dão suporte ao orçamento anual e que se preveem realizar para esse período tendo por base a sustentabilidade económica, a continuidade de serviço e melhoria da qualidade da água. O Plano Anual de Compras permite planear com maior rigor e antecipar a elaboração de procedimentos no âmbito do Código da Contratação Pública sendo a execução da despesa controlada através do sistema SAP e o acompanhamento efetuado regularmente pelos administradores com funções executivas e mensalmente pelo Conselho de Administração.

d) Orçamento Anual

É elaborado anualmente com a participação de todas as áreas técnicas, um orçamento de acordo com os princípios contabilísticos vigentes na Empresa. As aquisições de bens e serviços previstas em orçamento são controladas através de mecanismos de controlo interno incorporados no Sistema SAP, em termos de autorizações que traduzem a delegação de competências em vigor na Empresa.

A avaliação da execução do Plano de Investimento, Plano de Compras e o Orçamento anual é feito trimestralmente, sendo elaborados Relatórios de Controlo de Gestão que monitorizam um vasto conjunto de indicadores económico-financeiros e também operacionais. Anualmente é ainda feita a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão, constando o atingimento do relatório anual de prestação de contas e Relatório de Governo Societário, que é disponibilizado publicamente no *site* da AgdA.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2020 constitui um dos três anos mais quentes segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), admitindo ainda como provável que o aumento da temperatura em 2024 irá exceder o limite de 1,5° C do Acordo de Paris. Após sucessivos recordes de temperatura, a década de 2011-2020 será a mais quente desde que há registos, com os últimos seis anos, desde 2015, a registarem as temperaturas mais altas, de acordo com o relatório anual provisório sobre o estado do clima da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

A região do Alentejo entrou no sétimo ano consecutivo de seca hidrológica, não só confirmando, mas ampliando as fortes preocupações com o abastecimento de água para consumo humano em termos de qualidade e quantidade, em particular na zona mais a sul da nossa área de atuação, nos concelhos de Castro Verde, Mértola, Almodôvar, Ourique e Odemira. Os encargos com o transporte de água por cisterna atingiram em 2019 um valor recorde, apesar das limitações se encontrarem circunscritas a uma população abaixo dos dois mil habitantes residentes.

O ponto de partida ao nível do tratamento de águas residuais era igualmente frágil, patente em particular nas cerca de duas dezenas de aglomerados em contencioso comunitário por incumprimentos sérios.

Ao iniciar o terceiro quinquénio de atividade e concretizado cerca de dois terços do investimento inicial em infraestruturas o panorama subjacente à assinatura a 25 de setembro de 2009 do contrato de parceria pública entre o Estado Português e 21 Municípios do Alentejo visando a conceção, construção e exploração do SPPIAAlentejo, com uma área de cerca de 15.350 Km2, que corresponde a 17% do território nacional e a uma população residente na ordem dos 250.000 habitantes, envolvendo as componentes abastecimento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais urbanas, ambas na vertente "em alta" e por um período de 50 anos, é bastante distinto, como não podia deixar de ser.

Contudo ainda aquém do desejável e inicialmente perspetivado e admitido como alcançável.

A combinação de um exigente contexto preexistente em termos de infraestruturas com a aplicação de um conjunto de medidas fortemente restritivas decorrentes do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013 e da implementação do programa de assistência financeira negociado em 2011 com a "troika", fortemente agravada pelo impacto do sétimo ano consecutivo de seca prolongada, e mais recentemente, pela situação de pandemia pela COVID-19, introduziram uma complexidade e exigência acima do sustentável, com sérios riscos em vários domínios.

Um conjunto de indicadores relevantes evidenciam a necessidade de importantes desenvolvimentos. Um desempenho ambiental francamente abaixo do desejável é a face mais visível de uma situação muito frágil em termos de quadro de trabalhadores, com um agravamento muito sério no decorrer de 2020 com a saída de 11 trabalhadores, a acrescentar a 12 saídas registadas em 2019, mas também de uma estratégia de *outsourcing* de operação e manutenção de sistemas de águas residuais ditada pelo contexto.

Cientes da necessidade de desenvolvimentos, o ano de 2020, foi aproveitado no âmbito do momento especial de revisitação por parte dos parceiros Estado e Municípios dos termos da parceria para o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas estruturantes, designadamente:

a) Atualização do plano inicial de investimentos em infraestruturas, integrado com o melhor conhecimento existente designadamente quanto à reabilitação do importante parque de infraestruturas integradas, seja de abastecimento de água seja de tratamento de águas residuais urbanas, neste caso agora concentrados num conjunto numeroso de pequenas instalações, mas também responder a um conjunto de dinâmicas como o Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, o Plano de Segurança da Água, o desenvolvimento de importantes empreendimentos na região litoral, mas também nas metas políticas de neutralidade energética, reutilização de água e valorização de lamas;
b) Revisitação da estratégia de *outsourcing* de operação e manutenção (O&M) de sistemas de águas residuais, com a necessidade de interiorizar a exploração e gestão de parte destes sistemas indispensável para assegurar o desenvolvimento de competências internas críticas para uma economia, um setor e um território com exigências acrescidas de circularidade, em especial no que respeita à reutilização de água, mas também na valorização de resíduos;
c) Estudo para o dimensionamento ótimo das equipas de operação e manutenção de infraestruturas, no sentido de procurar alternativas de otimização, permitindo e em simultâneo com o dimensionamento dos contratos de *outsourcing* de O&M dispormos de importantes referenciais de *benchmarking* para suportar também a revisitação da estratégia de *outsourcing*;
d) Desenvolvimento e adaptação da estrutura organizacional aos desafios das alterações climáticas e descarbonização, indispensáveis para operacionalização nesta importante faixa do território dos compromissos políticos do Acordo de Paris em aspetos como a neutralidade energética mas também na valorização de lamas ou no aumento da disponibilização de água reutilizada (ApR);
e) Implementação da função de manutenção, indispensável para dar a sustentabilidade a prazo aos importantes investimentos em infraestruturas que têm sido concretizados, mas também permitir uma adequada gestão do vasto conjunto de contratos de *outsourcing* especializado.

É com sustentação técnica em vários domínios que nos encontramos a preparar a revisão do estudo de viabilidade económica e financeira no âmbito da atuação do grupo de trabalho constituído por representantes do Estado e dos Municípios, e cujas conversações iniciadas formalmente a 23 de outubro de 2020 vão entrar por 2021.

É assim num contexto de integrada transição que preparámos o presente Plano de Atividade e Orçamento 2021. Integrada na medida em que constituindo 2021 o primeiro ano do novo quinquénio não poderíamos deixar de integrar o melhor conhecimento e um conjunto de desenvolvimentos que têm vindo a ser discutidos. Transição, na medida em que nos apoiámos ainda nos valores das tarifas do estudo de viabilidade económica e financeira ainda em vigor, como não podia deixar de ser. A avaliação daqui resultante permite-nos também ensaiar os principais impactos do trabalho desenvolvido e que no essencial antecipam um relativo alinhamento com as expetativas atuais.

Dar nota ainda, até pelas repercussões nos resultados, que o investimento programado para 2021, 2022 e 2023, corresponde à parte do valor global do investimento programado para o quinquénio 2021-2025 e seguinte, com a conclusão de algumas empreitadas iniciadas no quinquénio anterior, e que já haviam sido aprovadas pelos Parceiros Estado e Municípios aquando da assinatura dos aditamentos aos Contratos de Parceria e de Gestão em dezembro de 2015, no essencial, na persecução da solução técnica prevista nos contratos de parceria e de gestão celebrados em 2009. Importa ainda referir que um conjunto significativo de investimentos já se encontram contratados com o POSEUR, no âmbito do programa Portugal 2020.

Importa também evidenciar que, à exceção dos exercícios de 2010 e 2019, justificados respetivamente pelo início de atividade e por encargos excecionais com transporte de água por autotanque, justificado no PAO 2020 e R&C 2019, o desempenho económico tem-se saldado em todos os anos por "desvios de recuperação de gastos" positivos (superavit tarifário), isto é, um excedente de rendimentos comparativamente com os gastos totais prevendo-se que também em 2021 se venha a obter superavit tarifário, o que significa que se irá verificar uma cobertura total dos gastos e consequentemente a garantir a sustentabilidade económica e financeira através das tarifas cobradas aos Municípios pela venda de água para abastecimento de água e pelo serviço de recolha e tratamento de águas residuais.

Por fim, é de salientar que, pese embora todos os condicionalismos financeiros e de recursos que têm pautado a atividade operacional, sempre se procurou dar estrito cumprimento às orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, concretamente na informação plasmada no Plano de Atividades e Orçamento para 2021 tendo sido preparado em alinhamento com as referidas orientações, nomeadamente no que refere ao Despacho 395/2020-SET de 27 de julho de 2020, identificando ainda os impactos esperados com a pandemia pela Covid-19em estimativa para 2020 e orçamento para 2021.

4. PRESSUPOSTOS MARCROECONÓMICOS

Os pressupostos macroeconómicos utilizados foram indicados, sempre que aplicável, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças através do pelo Despacho 395/2020-SET de 27 de julho de 2020, pela ERSAR na qualidade de entidade reguladora do Setor, através do Oficio O-005449/2020, de 30 de julho de 2020 e pela AdP SGPS e AMGAP na qualidade de Acionistas e pela Comissão de Parceria na qualidade de órgão supervisor da Empresa.

Pressupostos Macroeconómicos	EF 2020	Orçamento 2021	Projeção 2022	Projeção 2023
Taxas de Financiamento e Remuneração Acionista				
Euribor 1m	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Euribor 3m	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Euribor 6m	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Euribor 12m	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
OT	2,60%	2,70%	2,70%	2,70%
Remuneração de Capitais Próprios	6,90%	6,76%	6,57%	6,37%
Spread financiamentos bancários curto prazo	0,88%	0,88%	0,88%	0,88%
Spread apoios AdP SGPS curto prazo	1,60%	1,60%	1,60%	1,60%
Spread apoios AdP SGPS médio e longo prazo	1,70%	1,70%	1,70%	1,70%
Financiamentos BEI Existentes	0,623%	0,623%	0,623%	0,623%
Juros de Mora				
Aplicáveis às dívidas dos Municípios	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%
Taxas de Atualização de Preços				
Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC)	0,10%	0,80%	1,10%	1,10%
Índice de Produtividade de Fatores (*)	0,5655%	0,5821%	2,00%	2,00%
Eletricidade	0,00%	-11,83%	-1,11%	3,08%
Combustíveis	0,10%	0,80%	1,10%	1,10%
Gastos com Pessoal				
Atualização salarial	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho	Acordo Coletivo de Trabalho
Impostos				
Imposto sobre o Rendimento de pessoas Coletivas (IRC)	21%	21%	21%	21%
Derrama Estadual	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%

(*) Calculado nos termos do Contrato de Gestão e aplicado às tarifas após 01 de julho de cada ano

B. INSTRUMENTO PREVISIONAL DE GESTÃO

1. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

O plano de investimento para os anos de 2021, 2022 e 2023 vai ao encontro da solução técnica constante do contrato de gestão e do EVEF da Parceria, sem prejuízo dos desenvolvimentos admitidos em sede da revisão do EVEF para o quinquénio 2021-2025 que se encontra em curso e que inclui os contributos de trabalhos desenvolvidos já em 2020.

1.1. Investimento

Os investimentos programados para 2021, 2022 e 2023 para as infraestruturas e equipamentos associados ao abastecimento de água correspondem à realização dos investimentos programados no qual se inclui a construção de novas infraestruturas e a reabilitação de existentes e têm como objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento de água "em alta" tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos nalgumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas acentuadas nos últimos anos pelo agravamento da situação de seca hidrológica.

Na componente tratamento de águas residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para responder a situações graves de incumprimentos ambientais, com sérios riscos de evolução e reincidência de contencioso comunitário por manifesto incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, agora ao nível dos pequenos aglomerados, sem prejuízo da necessidade de completar as intervenções em ETAR que se encontravam em processos de contencioso comunitário.

O quadro seguinte contempla o investimento na construção e remodelações previstas em infraestruturas para os anos de 2021, 2022 e 2023, no âmbito do SPPIAAlentejo.

Investimento *Unidade: milhões de euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023	Variação E20 / R19	Variação O21 / E20	Variação P22 / O21	Variação P23 / P22
Investimento em Abastecimento de Água									
Empreitada	18,720	14,931	17,551	10,625	8,913	-20%	18%	-39%	-16%
Estudos	0,073	0,072	0,169	0,147	0,069	-2%	135%	-13%	-53%
Fiscalização	0,760	0,601	0,402	0,294	0,137	-21%	-33%	-27%	-53%
Terrenos	0,591	0,320	0,169	0,147	0,069	-46%	-47%	-13%	-53%
Assessorias /outros	0,247	0,508	0,916	0,294	0,137	106%	80%	-68%	-53%
Total Investimento em Abastecimento de Água	20,391	16,432	19,207	11,508	9,324	-19%	17%	-40%	-19%
Investimento em Saneamento de Águas Residuais									
Empreitada	3,199	2,106	3,618	9,489	10,337	-34%	72%	162%	9%
Estudos	0,020	0,026	0,035	0,085	0,108	34%	34%	139%	28%
Fiscalização	0,124	0,093	0,091	0,169	0,216	-25%	-2%	87%	28%
Terrenos	0,023	0,137	0,035	0,085	0,108	493%	-74%	139%	28%
Assessorias /outros	0,006	0,243	0,671	0,169	0,216	3709%	176%	-75%	28%
Total Investimento em Saneamento de Águas Residuais	3,372	2,605	4,450	9,997	10,985	-23%	71%	125%	10%
TOTAL	23,763	19,037	23,658	21,504	20,309	-20%	24%	-9%	-6%

Nota: Não inclui capitalização de encargos

1.2. Desagregação e Calendarização do Investimento

O quadro seguinte desagrega e calendariza o investimento previsto para o ano de 2021e seguintes, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Código	Desagregação do Investimento *Unidade: milhões de euros*	Ano de Início	Realização até Dez 20 / Previsão	Realização Triénio			Realização após 2023	Valor global previsto
				2021	2022	2023		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)								
1	Reabilitação das captações subterrâneas de Igrejinha e Arraiolos (Vale Melão)	2020	0,070	0,120	0,000	0,000	0,000	0,190
2	Reabilitação da ETA do Alvito	2021	0,000	0,350	0,350	0,000	0,000	0,700
3	Reservatório de Viana do Alentejo (Aguiar) e Forca	2023	0,000	0,000	0,000	0,200	0,500	0,700
4	Reabilitação dos Reservatórios, captações e adução a Selmes (Vidigueira)	2023	0,000	0,000	0,000	0,515	0,000	0,515
5	Adução a Vidigueira - Conduta Adutora Vidigueira Alcaria da Serra	2021	0,000	0,700	0,000	0,000	0,000	0,700
6	Reabilitação da Conduta de Adução ao Reservatório de São João de Negrilhos/Montes Velhos (2ª Fase) e Aljustrel - Ligação Reservatório R12	2021	0,000	0,600	0,000	0,000	0,000	0,600
7	Reabilitação das captações e sistemas de abastecimento de S. Matias e Terras Frias	2023	0,000	0,000	0,000	0,500	0,000	0,500
8	Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	2021	0,000	4,308	3,692	0,000	0,000	8,000
9	Reforço da Adução a Castro Verde	<=2019	4,125	0,317	0,000	0,000	0,000	4,442
10	Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste Eixo Central e Secundários	2020	1,485	5,355	0,000	0,000	0,000	6,840
11	Adução Zona Mértola Noroeste	<=2019	4,116	0,050	0,000	0,000	0,000	4,166
12	ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar	2021	0,000	0,817	2,322	2,394	1,827	7,360
13	Expansão em Santiago do Cacém (Reabilitação de SAA - Centro Produtor Vale da Rainha, Furos Escatelares, Reservatório de Romeirinhas)	2021	0,000	0,300	0,400	0,000	0,000	0,700
14	Reabilitação da Adução ao Torrão e aumento da reserva	2022	0,000	0,000	0,183	0,517	0,000	0,700
15	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Litoral) - Comporta	2021	0,000	0,100	0,000	0,000	0,000	0,100
16	Telegestão 2ª fase	2021	0,000	0,900	0,000	0,350	1,750	3,000
17	Adução a Alvalade	<=2019	2,933	0,100	0,000	0,000	0,000	3,033
18	Adução às zonas de Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas	<=2019	2,609	0,100	0,000	0,000	0,000	2,709
19	Conduta Adutora EDIA - ETA do Roxo	2021	0,000	1,500	0,000	0,000	0,000	1,500

Código	Desagregação do Investimento *Unidade: milhões de euros*	Ano de Início	Realização até Dez 20 / Previsão	Realização Triénio			Realização após 2023	Valor global previsto
				2021	2022	2023		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)								
20	SAA Grândola - Fecho de Ligação aos Reservatórios de Grândola, Ligação Borbolegão Conduta da Mata, Reabilitação do Borbolegão	2021	0,000	0,188	0,562	0,000	0,000	0,750
21	SAA Beja - Ligação Magra - RA Falcões	2023	0,000	0,000	0,000	0,750	0,000	0,750
22	Reforço de Armazenamento a Vendas Novas RA6	2023	0,000	0,000	0,000	0,600	0,600	1,200
23	SAA S. Barnabé (Almodôvar)	2021	0,000	0,100	0,000	0,000	0,000	0,100
24	Reabilitação SAA Arraiolos (RA Arraiolos, Conduta Adutora, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igrejinha)	2021	0,000	0,242	0,859	0,400	0,000	1,500
25	Reabilitação SAA Montemor - o - Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações)	2021	0,000	0,126	0,558	0,866	0,000	1,550
26	Reabilitação do SAA Bica Fria - EE, Reservatórios e Ligações Baixa	2021	0,000	0,200	0,000	0,000	0,000	0,200
27	Remodelação dos Sistemas de Adução Mértola (Corte Pinto, Santana de Cambas, Corvos, Namorados, Corte Gafe)	2021	0,000	0,100	0,700	0,000	0,000	0,800
28	Remodelação Sistema de Elevação Atalaia Beja (Pia Quebrada)	2021	0,000	0,300	0,450	0,000	0,000	0,750
29	Arranjo de Recintos	2021	0,000	0,500	0,000	0,750	1,250	2,500
30	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	2021	0,000	0,029	0,300	1,071	0,000	1,400
31	Edifícios Administrativos	2021	0,000	0,150	0,250	0,000	0,000	0,400
32	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AA	<=2019	1,120	0,169	0,147	0,069	0,187	1,690
33	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	<=2019	0,624	0,169	0,147	0,069	0,187	1,195
34	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	<=2019	0,308	0,169	0,147	0,069	0,187	0,879
35	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	<=2019	0,798	0,169	0,147	0,069	0,187	1,369
36	Fiscalização da construção dos Sistemas de AA	<=2019	0,928	0,337	0,294	0,137	0,373	2,070
37	Fiscalização Subsistema Roxo Poente	<=2019	0,295	0,009	0,000	0,000	0,000	0,304
38	Fiscalização Sistema Monte da Rocha	<=2019	0,361	0,056	0,000	0,000	0,000	0,417
39	Investimento de Substituição	2020	0,418	0,579	0,000	0,000	0,000	0,997
Total Investimento em Abastecimento de Água			20,189	19,207	11,508	9,324	7,047	67,275

Código	Desagregação do Investimento *Unidade: milhões de euros*	Ano de Inicio	Realização até Dez 20 / Previsão	Realização Triénio			Realização após 2023	Valor global previsto
				2021	2022	2023		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)								
1	ETAR e SI de Montemor-o-Novo	<=2019	4,140	0,030	0,000	0,000	0,000	4,170
2	ETAR e sistema intercetor de Cuba	2021	0,000	0,263	0,933	1,404	0,000	2,600
3	ETAR e sistema intercetor e Reabilitação de Fossa de Vila Alva e Faro do Alentejo (Cuba)	2022	0,000	0,000	0,500	0,000	0,000	0,500
4	ETAR e sistema intercetor de Penedo Gordo (Beja)	2022	0,000	0,000	0,313	0,887	0,000	1,200
5	ETAR e sistema intercetor de S. Teotónio (Odemira)	<=2019	1,680	0,083	0,000	0,000	0,000	1,763
6	Obras de remodelação das ETAR e sistemas intercetores de Abela, e S. Domingos da Serra (Santiago do Cacém)	2022	0,000	0,000	0,200	0,000	0,000	0,200
7	Sistema Intercetor de Melides e reabilitação da EEAR4	2023	0,000	0,000	0,000	0,091	0,909	1,000
8	ETAR de Comporta (Alcácer do Sal)	2020	1,165	1,574	0,000	0,000	0,000	2,739
9	Telegestão 2ª fase	2021	0,000	0,250	0,250	0,000	0,000	0,500
10	Ampliação da ETAR de Selmes e Sistema Intercetor	2021	0,000	0,275	0,000	0,000	0,000	0,275
11	ETAR de Sta. Vitória (Beja)	2023	0,000	0,000	0,000	0,150	0,400	0,550
12	Reabilitação da ETAR de Moura	2023	0,000	0,000	0,000	0,800	3,200	4,000
13	Reabilitação dos SAR de Garvão e Panóias	2022	0,000	0,000	0,651	0,649	0,000	1,300
14	ETAR de Ciborro (Montemor-o-Novo)	2022	0,000	0,000	0,600	0,000	0,000	0,600
15	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	2021	0,000	0,102	1,300	0,598	0,000	2,000
16	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	2021	0,000	0,338	1,262	0,000	0,000	1,600
17	Remodelação do SAR de Rosário (Almodôvar)	2021	0,000	0,415	0,185	0,000	0,000	0,600
18	Remodelação da ETAR de Alcáçovas Sul e Norte- 2ª Fase	2022	0,000	0,000	0,200	0,300	0,000	0,500
19	Reabilitação de Pequenas Instalações de Tratamento de Águas Residuais (PITAR) - Aljustrel (Ervidel, Jungeiros), Mértola (Corte Pinto), Ourique (Aldeia Palheiros), Almodôvar (Santa Clara-a-Nova), Santiago (Alvalade, Mimosa, Cercal, Santiago do Cacém), Odemira (Colos)	2022	0,000	0,000	0,350	0,750	0,780	1,880

Código	Desagregação do Investimento *Unidade: milhões de euros*	Ano de Inicio	Realização até Dez 20 / Previsão	Realização Triénio			Realização após 2023	Valor global previsto
				2021	2022	2023		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)								
20	Reabilitação SAR do Município de Beja (Salvada, Neves, Cabeça Gorda, Beringel, Baleizão, Albernoa, Santa Clara do Louredo e Emissário de Beja) Aljustrel (Bairro Azul, S. João, Montes Velhos, Rio de Moinhos e Vale d'Oca)	2023	0,000	0,000	0,000	0,200	1,245	1,445
21	Reabilitação SAR Municípios Serpa (Serpa, Pias, VV Ficalho), Moura (Safara, Santo Aleixo e Santo Amador, Sobral) Vidigueira (Pedrogão), Barrancos	2023	0,000	0,000	0,000	0,600	0,670	1,270
22	Reabilitação SAR Odemira (ETAR e EE, Almograve, Boavista, Zambujeira do Mar), Castro Verde (Sete, Entradas), Almodôvar (Aldeia dos Fernandes)	2021	0,000	0,059	0,590	0,791	0,000	1,440
23	Reabilitação SAR Arraiolos (S. Pedro de Gafanhoeira, Vimieiro, Ilhas, Igrejinha, Arraiolos Norte, Arraiolos Poente), Viana do Alentejo (Monte do Touro, Aguiar), Alcácer do Sal (Torrão e Elevatória Alcácer EE0)	2022	0,000	0,000	0,060	0,650	0,450	1,160
24	Reabilitação SAR Vendas Novas (Sistema Elevatório de Vendas Novas)	2021	0,000	0,150	0,600	0,000	0,000	0,750
25	Unidade de Compostagem	2022	0,000	0,000	0,823	2,468	0,000	3,290
26	Reforço da capacidade de Tratamento da ETAR de Bombel (Vendas Novas)	2021	0,000	0,080	0,670	0,000	0,000	0,750
27	Fiscalização da construção dos Sistemas de AR	2021	0,000	0,071	0,169	0,216	0,125	0,581
28	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	<=2019	0,194	0,035	0,085	0,108	0,062	0,485
29	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AR	2021	0,000	0,035	0,085	0,108	0,062	0,291
30	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AR	<=2019	0,060	0,035	0,085	0,108	0,062	0,351
31	Fiscalização ETAR Comporta	2020	0,080	0,020	0,000	0,000	0,000	0,100
32	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	<=2019	0,374	0,035	0,085	0,108	0,062	0,665
33	Investimento de Substituição	2020	0,243	0,600	0,000	0,000	0,000	0,843
Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais			7,936	4,450	9,997	10,985	8,029	41,397

TOTAL de Investimento			28,125	23,658	21,504	20,309	15,075	108,672

1.3. Cobertura Financeira dos Investimentos (EVEF)

Os investimentos previstos realizar no triénio 2021 a 2023 encontram-se previstos nos Contratos de Parceria e de Gestão e respetivos aditamentos. Os contratos são suportados no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que se encontra anexo a estes, sendo este objeto de revisão quinquenal conforme previsto no respetivo contrato. Atualmente encontra-se em curso a segunda revisão por ocasião do término do 2.º período tarifário, porém o investimento previsto integra já as linhas orientadoras e pressupostos para o quinquénio de 2021 a 2025.

Pelo acima exposto, os investimentos previstos em Plano de Atividades e Orçamento de 2021 encontram-se contemplados nos documentos contratuais da Parceria, mostrando-se economicamente sustentáveis.

Acresce ao referido que no âmbito de candidaturas ao POSEUR foram ainda elaborados documentos de Análise de Custo Benefício para alguns projetos que pese embora se encontrem devidamente previstos em EVEF da Parceria, foi necessário evidenciar de forma individual a necessidade de financiamento a fundo perdido. Estes documentos são apresentados em anexo ao PAO2021.

Código	Desagregação do Investimento	Valor global previsto	Realização 2021 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligencias para aprovação?
	Unidade: milhões de euros			Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
1	Reabilitação das captações subterrâneas de Igrejinha e Arraiolos (Vale Melão)	0,190	0,120	-	0%	100%	0%	não	sim	
2	Reabilitação da ETA do Alvito	0,700	0,350	-	0%	100%	0%	não	sim	
3	Adução a Vidigueira - Conduta Adutora Vidigueira Alcaria da Serra	0,700	0,700	-	0%	100%	0%	não	sim	
4	Reabilitação da Conduta de Adução ao Reservatório de São João de Negrilhos/Montes Velhos (2ª Fase) e Aljustrel - Ligação Reservatório R12	0,600	0,600	-	0%	100%	0%	não	sim	
5	Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	8,000	4,308	POSEUR	85%	15%	0%	sim	sim	
6	Reforço da Adução a Castro Verde	4,442	0,317	POSEUR	85%	15%	0%	sim	sim	
7	Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste Eixo Central e Secundários	6,840	5,355	POSEUR	85%	15%	0%	sim	sim	
8	Adução Zona Mértola Noroeste	4,166	0,050	POSEUR	85%	15%	0%	sim	sim	

Código	Desagregação do Investimento	Valor global previsto	Realização 2021 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligencias para aprovação?
	Unidade: milhões de euros			Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
9	ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar	7,360	0,817	-	0%	100%	0%	Sim	sim	
10	Expansão em Santiago do Cacém (Reabilitação de SAA - Centro Produtor Vale da Rainha, Furos Escatelares, Reservatório de Romeirinhas)	0,700	0,300	-	0%	100%	0%	não	sim	
11	Remodelação dos sistemas autónomos de Alcácer do Sal (Zona Litoral) - Comporta	0,100	0,100	-	0%	100%	0%	não	sim	
12	Telegestão 2ª fase	3,000	0,900	-	0%	100%	0%	não	sim	
13	Adução a Alvalade	3,033	0,100	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
14	Adução às zonas de Ermidas do Sado e Fornalhas Velhas	2,709	0,100	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
15	Conduta Adutora EDIA - ETA do Roxo	1,500	1,500	-	0%	100%	0%	não	sim	
16	SAA Grândola - Fecho de Ligação aos Reservatórios de Grândola, Ligação Borbolegão Conduta da Mata, Reabilitação do Borbolegão	0,750	0,188	-	0%	100%	0%	não	sim	
17	SAA S. Barnabé (Almodôvar)	0,100	0,100	-	0%	100%	0%	não	sim	
18	Reabilitação SAA Arraiolos (RA Arraiolos, Conduta Adutora, Sistema produtor de Monte Porto, Nova Conduta Igrejinha)	1,500	0,242	-	0%	100%	0%	não	sim	
19	Reabilitação SAA Montemor - o - Novo (EE Cavaleiro, Conduta Amoreira da Torre, Reservatório do Castelo, Sistema de Captações)	1,550	0,126	-	0%	100%	0%	não	sim	
20	Reabilitação do SAA Bica Fria - EE, Reservatórios e Ligações Baixa	0,200	0,200	-	0%	100%	0%	não	sim	
21	Remodelação dos Sistemas de Adução Mértola (Corte Pinto, Santana de Cambas, Corvos, Namorados, Corte Gafe)	0,800	0,100	-	0%	100%	0%	não	sim	
22	Remodelação Sistema de Elevação Atalaia Beja (Pia Quebrada)	0,750	0,300	-	0%	100%	0%	não	sim	
23	Arranjo de Recintos	2,500	0,500	-	0%	100%	0%	não	sim	

Código	Desagregação do Investimento	Valor global previsto	Realização 2021 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligencias para aprovação?
	Unidade: milhões de euros			Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
Investimento em Abastecimento de Água (Milhões de Euros)										
24	Implementação do Plano de Produção e Eficiência energética	1,400	0,029	-	0%	100%	0%	não	sim	
25	Edifícios Administrativos	0,400	0,150	-	0%	100%	0%	não	sim	
26	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AA	1,690	0,169	-	0%	100%	0%	não	sim	
27	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AA	1,195	0,169	-	0%	100%	0%	não	sim	
28	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AA	0,879	0,169	-	0%	100%	0%	não	sim	
29	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AA	1,369	0,169	-	0%	100%	0%	não	sim	
30	Fiscalização da construção dos Sistemas de AA	2,070	0,337	-	0%	100%	0%	não	sim	
31	Fiscalização Subsistema Roxo Poente	0,304	0,009	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
32	Fiscalização Sistema Monte da Rocha	0,417	0,056	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
33	Investimento de Substituição	0,997	0,579	-	0%	100%	0%	não	sim	
	Total Investimento em Abastecimento de Água	62,910	19,207							

Código	Desagregação do Investimento	Valor global previsto	Realização 2021 Estimativa	Fontes de Financiamento				Investimento Relevante	Previsto no EVEF aprovado	
				Fundos Comunitários		Auto-Financiamento	Endividamento		sim/não	Se não: diligencias para aprovação?
	Unidade: milhões de euros			Programa	(%)	(%)	(%)	sim/não		
Investimento em Saneamento de Águas Residuais (Milhões de Euros)										
1	ETAR e SI de Montemor-o-Novo	4,170	0,030	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
2	ETAR e sistema interceptor de Cuba	2,600	0,263	-	0%	100%	0%	não	sim	
5	ETAR e sistema interceptor de S. Teotónio (Odemira)	1,763	0,083	POSEUR	85%	15%	0%	não	sim	
8	ETAR de Comporta (Alcácer do Sal)	2,739	1,574	POSEUR	37%	63%	0%	não	sim	
9	Telegestão 2ª fase	0,500	0,250	-	0%	100%	0%	não	sim	
10	Ampliação da ETAR de Selmes e Sistema Intercetor	0,275	0,275	-	0%	100%	0%	não	sim	
15	ETAR Ermidas do Sado (Santiago do Cacém)	2,000	0,102	-	0%	100%	0%	não	sim	
16	ETAR e Sistema Intercetor do Escoural (Montemor-o-Novo)	1,600	0,338	-	0%	100%	0%	não	sim	
17	Remodelação do SAR de Rosário (Almodôvar)	0,600	0,415	-	0%	100%	0%	não	sim	
22	Reabilitação SAR Odemira (ETAR e EE, Almograve, Boavista, Zambujeira do Mar), Castro Verde (Sete, Entradas), Almodôvar (Aldeia dos Fernandes)	1,440	0,059	-	0%	100%	0%	não	sim	
24	Reabilitação SAR Vendas Novas (Sistema Elevatório de Vendas Novas)	0,750	0,150	-	0%	100%	0%	não	sim	
26	Reforço da capacidade de Tratamento da ETAR de Bombel (Vendas Novas)	0,750	0,080	-	0%	100%	0%	não	sim	
27	Fiscalização da construção dos Sistemas de AR	0,581	0,071	-	0%	100%	0%	não	sim	
28	Projetos de Execução/Base dos Sistemas de AR	0,485	0,035	-	0%	100%	0%	não	sim	
29	Apoio às expropriações dos terrenos para construção dos Sistemas de AR	0,291	0,035	-	0%	100%	0%	não	sim	
30	Aquisição de terrenos para construção dos Sistemas de AR	0,351	0,035	-	0%	100%	0%	não	sim	
31	Fiscalização ETAR Comporta	0,100	0,020	POSEUR	37%	63%	0%	não	sim	
32	Assessorias para a implementação dos Sistemas de AR	0,665	0,035	-	0%	100%	0%	não	sim	
33	Investimento de Substituição	0,843	0,600	-	0%	100%	0%	não	sim	
	Total de Investimento em Saneamento de Águas Residuais	22,502	4,450							

TOTAL de Investimento	85,412	23,658

1.4. Identificação dos Novos Investimentos cujo montante total seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10 % do Orçamento da empresa para o ano de 2021 [1]

No quadro seguinte são identificados os Novos Investimentos (que se iniciam em 2021) incluídos em Plano de Investimento, com cobertura no EVEF, de valor igual ou superior a 10 milhões de euros ou superior a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2021. Para cálculo do valor foi considerado o valor do investimento previsional para 2021, e o orçamento de exploração (CMVMC + FSE + GP + OGO) cujo total se cifra em 36,817 milhões de euros. Deste facto são apresentados no quadro abaixo os Novos Investimentos de valor superior a 3,682 milhões de euros.

Código	Descrição do Investimento
8	Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé
12	ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar

[1] Considera-se Investimento relevante ou "com expressão material" o investimento que não figura no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa total prevista seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2021, conforme previsto nas IPG 2021, calculado da seguinte forma:

Cálculo do valor dos Investimentos Relevantes	Valor(M€) 2020	Valor(M€) 2021
Investimento	19,037	23,658
CMVMC	1,035	1,090
FSE [2]	8,833	8,084
GP	3,242	3,869
OGPO	0,104	0,116
Total	**32,250**	**36,817**
10% do Orç de Investimento + Orç de Exploração	3,225	3,682

[2] Ao valor registado em FSE foi corrigido o efeito da IFRS 16 (0,242 milhões de euros).

1.5. Memória descritiva dos Novos Investimentos, Plano Financeiro Plurianual, Objetivos a atingir e Indicadores Financeiros e Operacionais

O Plano de Investimentos tem por objetivo a resolução de problemas há muito identificados na região do SPPIAAlentejo. A sua execução tem por objetivo garantir a fiabilidade do abastecimento "em alta" tanto em termos de quantidade como em qualidade, sendo de salientar a urgência e imprescindibilidade da sua execução face a situações de escassez de recursos nalgumas origens, vulnerabilidade das mesmas e degradação acentuada da qualidade de água bruta nalgumas origens superficiais e subterrâneas. Na componente tratamento de Águas Residuais os investimentos programados correspondem aos investimentos necessários para resolução de situações de contencioso comunitário, ou de efetivo risco de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas.

O retorno económico e financeiro de cada um dos projetos de investimento não é diretamente ou individualmente aferível uma vez que são desenvolvidos e realizados no âmbito dos contratos de parceria celebrados entre o Estado Português e o conjunto de Municípios, no estrito cumprimento da respetiva missão: conceber, construir, explorar e gerir um sistema integrado, o SPPIAAlentejo, compostos por vários sistemas, num quadro global de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, uma vez que está subjacente à parceria a promoção do desenvolvimento e coesão de todo o vasto território. A sustentabilidade económica e financeira dos investimentos relevantes e de quaisquer outros encontra-se pois assegurada de forma global nos próprios contratos de parceria e de gestão, suportados no EVEF que os acompanha e onde estão previstos os investimentos e as respetivas formas de financiamento, bem como as tarifas e os rendimentos tarifários que, num regime de "cost-plus" com incentivos à eficiência, permitirão assegurar a sua sustentabilidade.

No que respeita à empreitada de Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé, encontra-se incluída e agrupada no sistema do Guadiana Sul cujo projeto de investimento foi submetido e aprovado pelo POSEUR para efeitos de apoios comunitários pelo que em anexo ao presente Plano de Atividades e Orçamento são enviados os documentos de candidatura apresentada ao POSEUR que inclui memória descritiva, o plano financeiro plurianual com os gastos e réditos previstos garantindo a sua sustentabilidade, os objetivos a atingir de forma calendarizada e indicadores financeiros e operacionais que permitam o acompanhamento e monitorização da implementação dos investimentos integrados na operação e parcialmente realizados. Pese embora o anexo ao presente Plano de Atividades e Orçamento, em seguida é apresentado um breve resumo descritivo da operação e empreitada:

- Melhoria da Qualidade de Abastecimento de Água no Sistema do Guadiana Sul (Candidatura POSEUR-03-2012-FC-000763)

O Investimento compreende oito componentes físicas principais, devidamente integradas e articuladas entre si constituindo um sistema em alta dotado de autonomia funcional, sendo que este sistema não ficará com ligação a qualquer outro da AgdA, ou dos municípios de Serpa, Moura, Mértola e Barrancos, constituindo-se como um Sistema autónomo:

i. Construção das condutas de Adução ao eixo Serpa - Moura;
ii. Reforço da adução ao eixo Serpa -Mértola;
iii. Construção das condutas de Adução a Barrancos e a Santo Aleixo;
iv. Construção das condutas de Adução à zona Mértola Noroeste;
v. Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé (Novo Investimento de valor superior a 10%);
vi. Construção das condutas de Adução à Amareleja - 1ª fase;
vii. Construção das condutas de Adução à Amareleja - 2ª fase;
viii. Reabilitação das captações de Fonte da Telha e Horta dos Banhos.

O Investimento visa a melhoria da qualidade de água para consumo humano em zonas de abastecimento de água ainda com problemas e a promover a integração de pequenos sistemas com recurso a origem de água fiável, de modo a garantir de forma sustentada água para consumo humano em quantidade e qualidade de acordo com os requisitos da legislação em vigor e compreende a construção das condutas de abastecimento, reservatórios e estações elevatórias, que garantirão o alargamento do Subsistema ao município de Barrancos, bem como a toda a zona Noroeste do município de Mértola. O Investimento irá permitir a resolução dos problemas de quantidade e de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo sistema do Guadiana Sul.

Melhoria da Qualidade de Abastecimento de Água no Sistema de Santa Clara

O município de Odemira ocupa um vasto território com 1700 km2 e uma população residente (censos de 2010) de 26 000 habitantes, sendo o mais extenso concelho de Portugal.

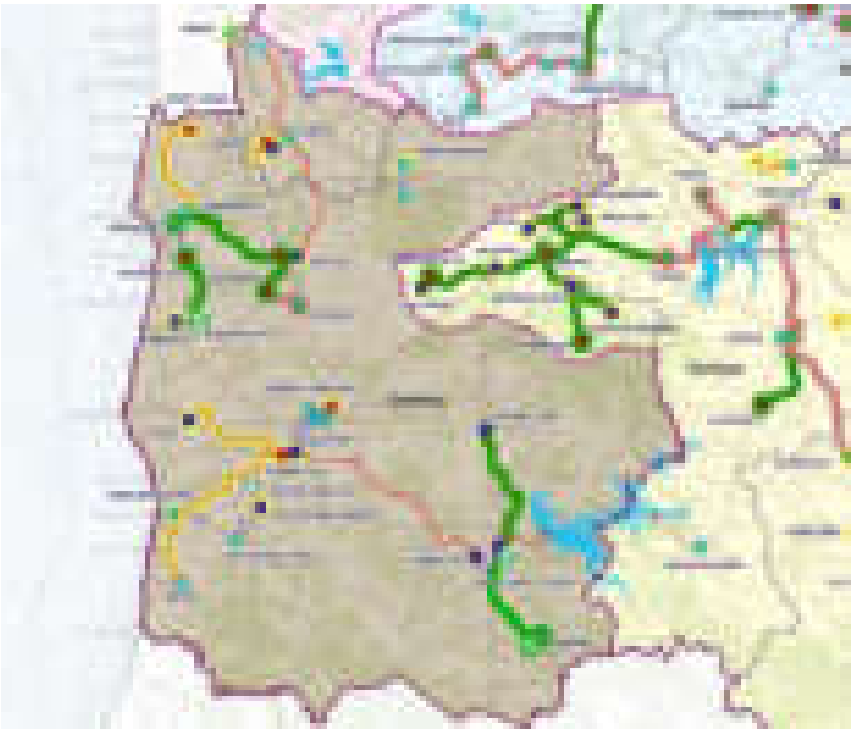
A ocupação territorial apresenta uma grande assimetria entre o litoral e a zona interior, caraterizando-se a primeira por aglomerados com uma dimensão de 1000 a 3000 habitantes residentes e dispostos ao longo da costa e a zona do interior por pequenos aglomerados, geralmente com menos de 500 habitantes e dispersos. No litoral verifica-se ainda um grande acréscimo de população durante o verão, apresentando a sua expressão máxima na zona de Milfontes, onde a população flutuante ultrapassa no verão os 15 000 habitantes, fazendo multiplicar por 5 a população residente.

Por outro lado, na zona de Odemira/São Teotónio, face à existência de grandes extensões de estufas, destinadas à produção de frutos vermelhos e a legumes para saladas, verifica-se uma afluência muito significativa de imigrantes e, consequentemente o consumo de água tem vindo a crescer de forma sustentada, nos últimos anos.

Do ponto de vista de abastecimento de água, toda a zona interior apresentava em 2009, data da criação da AgdA, graves problemas de escassez e de qualidade, sendo caraterizada por pequenos sistemas autónomos, com origens subterrâneas, sem qualquer garantia de origem e incumprimentos frequentes dos padrões de qualidade.

Toda a zona litoral era suportada em captações de água ao longo do canal de rega do Sistema de Rega do Mira, com origem na albufeira de Santa Clara, com uma ETA em cada captação, mas genericamente sem condições para tratar adequadamente e com garantia a água captada diretamente do canal.

Na Solução Técnica da AgdA, na sequência dos vários estudos realizados, foi estabilizado em 2016, na revisão do Contrato de Parceria, a constituição de 4 subsistemas integrados de abastecimento.



Três desses subsistemas ligados à albufeira de Santa Clara:

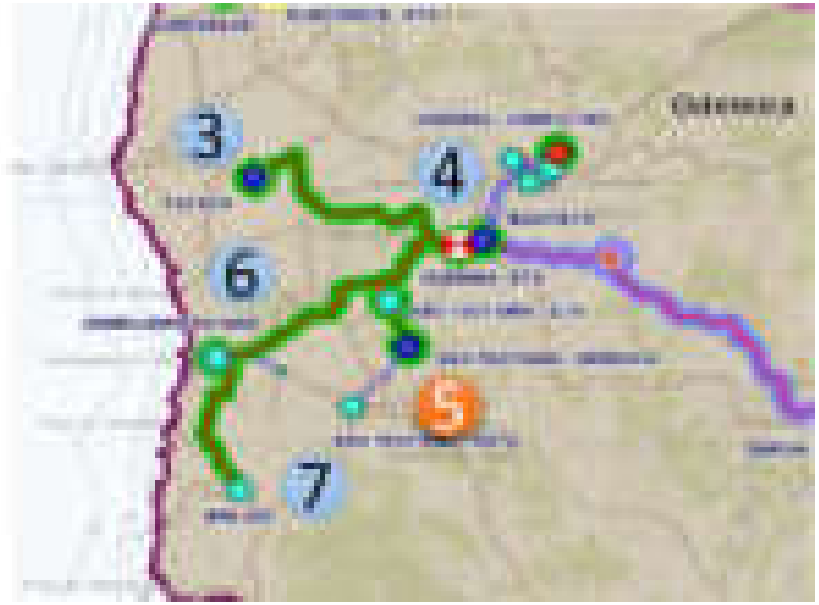
1. Subsistema de Santa Clara, na zona Sudeste do concelho, servindo as povoações de Santa Clara, Pereiras e Luzianes, com captação no troço inicial do canal de rega da AB Mira;
2. O Subsistema de São Teotónio, na zona Sudoeste do concelho, servindo as povoações de Odemira, São Teotónio, Zambujeira do Mar, Brejão e Fataca, com captação no reservatório da Bogalheira, que constitui uma reserva importante de água a meio do canal de rega da AB Mira;
3. Subsistema de Almograve, na zona Noroeste do concelho, servindo as povoações de Almograve, Milfontes e São Luis, com captação num extremo do canal de rega da AB Mira, mas disponde de um reservatório de água bruta como reserva e regularização.

Por último temos a zona Nordeste do concelho, essencialmente as povoações de Relíquias, São Martinho das Amoreiras e Colos. Estas povoações foram aglutinadas num único subsistema, ligado ao Sistema de abastecimento de Monte da Rocha.

Destes quatro subsistemas, só falta construir o de São Teotónio, uma vez que os 3 restantes já estão construídos (o do Monte da Rocha) ou em fase final de construção (Almograve e Santa Clara).

O Subsistema de São Teotónio, que se pretende agora construir, vem conferir uma maior garantia na origem, por ir captar num reservatório intermédio, alimentado pelo canal de rega da AB Mira. A sua ETA disporá das caraterísticas adequadas para assegurar o tratamento da água captada mesmo nas condições de degradação de qualidade que se tem vindo a verificar e permitirá desativar as ETA de Fataca (3), Boa Vista (4), Zambujeira do Mar (6) e Brejão (7), assim como substituir a atual ETA de São Teotónio, que se encontra obsoleta e a necessitar de intervenção muito urgente.

Todas as ETA que vão ser desativadas se encontram obsoletas e a precisar de intervenções profundas se a opção fosse mante-las em funcionamento.



A Operação consiste assim na construção da nova ETA de São Teotónio e na construção de condutas para abastecer Odemira, Fataca, Zambujeira do Mar e Brejão, conforme indicado no mapa.

1.6. Priorização dos Investimentos

Atendendo à criticidade dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do SPPIAAlentejo, quer em termos de qualidade da água para abastecimento e dos efluentes rejeitados quer em termos de fiabilidade, os investimentos previstos realizar no triénio 2021/2023 encontram-se maioritariamente candidatados e aprovados pelo POSEUR, importando realçar também o início da elegibilidade do próximo quadro comunitário de apoio, para além de outros instrumentos financeiros orientados para a recuperação e resiliência, onde se inserem grande parte das intervenções previstas, em especial no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo, previsto no Despacho n.º 444/2020, do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, da Ministra da Agricultura e da Secretária de Estado do Turismo.

Importa referir que nas candidaturas apresentadas encontram-se definidas as metas para cada projeto sendo de destacar a melhoria dos sistemas em termos de quantidade e qualidade bem como o aumento de cobertura e disponibilidade de serviço sendo imprescindível a sua execução face a situações de escassez de recursos e degradação da qualidade em algumas das origens que suportam os sistemas de abastecimento de água. É ainda de referir que os investimentos em infraestruturas de saneamento correspondem a investimentos necessários para resolução de situações de contencioso ou pré-contencioso comunitário, ou de efetivo risco de incumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas, para além dos sérios riscos de contencioso ambiental a nível nacional como atesta o importante histórico, circunstância particularmente crítica quando a atual situação de pandemia veio reforçar as preocupações neste domínio.
Para o planeamento do investimento, a AgdA elabora uma análise de risco para priorização cuja metodologia avalia as consequências da não realização dos investimentos e da probabilidade dessas virem a ocorrer.

Relativamente às consequências, consideram-se as seguintes dimensões:

- Qualidade da água (tratamento AA);
- Quantidade de água
- Impacto ambiental (tratamento e descargas AR);
- Continuidade de serviço (falhas de serviço AA/AR);
- Eficiência (energia, controlo de perdas e afluências indevidas, processos internos);
- Condição de infraestruturas;
- Proteção e segurança dos trabalhadores e terceiros;
- Reputação;
- Cumprimento legal;

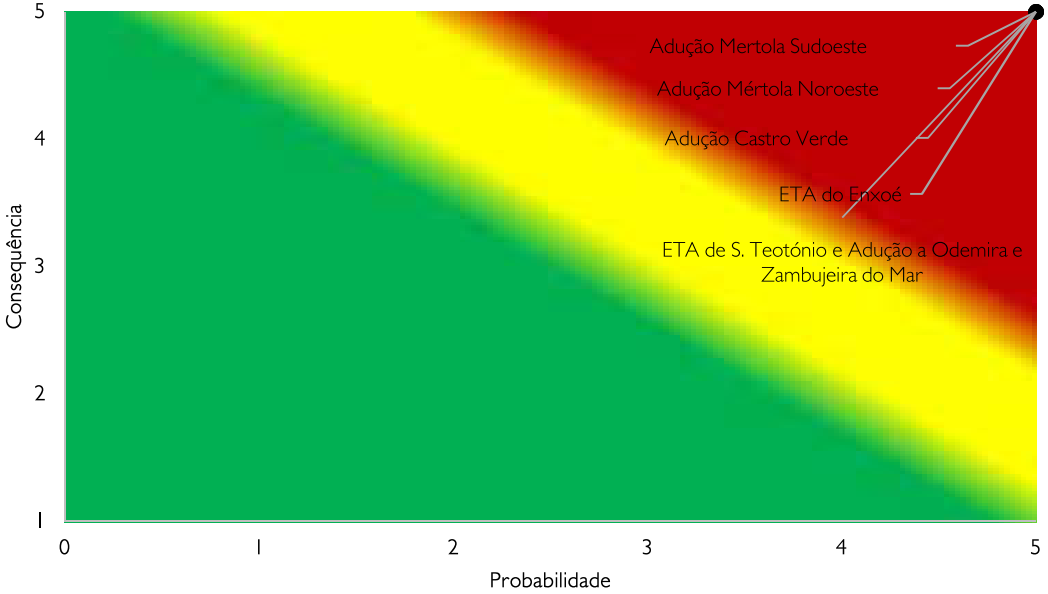
No que diz respeito à probabilidade, a escala de avaliação é a seguinte:

P (Provisões)	FL (Futuro - Longo Prazo)	FC (Futuro - Curto Prazo)	A (Atual)	AP (Atual Prioritário)
1	2	3	4	5
(∞)	≥ 3 anos	[1 a 3 anos[	[Atual/ < 1 ano[	[Atual/ < 1 ano[, identificado como prioritário

Atendendo ao facto de que o plano de investimentos da AgdA para o triénio de 2021 / 2023 é elevado, foram selecionados os cinco maiores investimentos da AgdA no triénio, designadamente: Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste Eixo Central e Secundários, Adução Zona Mértola Noroeste, Reforço da Adução a Castro Verde, Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé e ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar para os quais a seguir se apresenta a matriz de análise de risco para priorização:

Empresa	Designação do investimento	Designação reduzida	Estimativa da população servida	Estimativa do valor total da empreitada	Motivo - Justificação do investimento	Implicações	Temporalidade do impacto	Impacto	Probabilidade	Consequência	Risco
AgdA	Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste Eixo Central e Secundários	Adução Mértola Sudoeste	1 154	6,840	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema do Monte da Rocha	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
AgdA	Adução Zona Mértola Noroeste	Adução Mértola Noroeste	1 792	4,166	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema do Guadiana Sul	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
AgdA	Reforço da Adução a Castro Verde	Adução a Castro Verde	6 083	4,442	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema do Monte da Rocha	Qualidade e Quantidade de Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
AgdA	Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé	ETA do Enxoé	34 196	8,000	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema do Guadiana Sul	Qualidade da Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25
AgdA	ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar	ETA de S. Teotónio	9 558	7,360	Capacidade instalada insuficiente - O investimento tem por objetivo a resolução dos problemas de qualidade identificados como críticos na área abrangida pelo Sistema de Santa Clara	Qualidade da Água	Atual prioritária	Afeta cliente sensível ou a Sede de Concelho	5	5	25

Análise de risco dos investimentos da AgdA



1.7. Financiamento do Investimento

O quadro seguinte contempla o financiamento do investimento previsto para o triénio de 2021/2023, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo.

Financiamento do Investimento	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
Unidade: M€	2019	2020	2021	2022	2023	O21 / R19	O21 / EF20	P22 / O21	P23 / P22
BEI	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
Banca Comercial	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
Fundos Comunitários	13,302	14,170	15,872	15,246	15,732	19%	12%	-4%	3%
Autofinanciamento	9,249	3,655	6,851	5,324	4,385	-26%	87%	-22%	-18%
Capital Próprio	1,212	1,212	0,935	0,935	0,192	-23%	-23%	0%	-79%
TOTAL	23,763	19,037	23,658	21,504	20,309	-20%	24%	-9%	-6%

É expectável que o investimento orçamentado para 2021 seja financiado pela obtenção de fundos comunitários já contratualizados com o POSEUR no âmbito do quadro Portugal 2020, pela recuperação de créditos vencidos, pela gestão centralizada da tesouraria do Grupo AdP dos empréstimos da banca comercial e consequente otimização às necessidades das suas empresas e pelo aumento do Capital Social previsto em EVEF da Parceria no período em referência.

Endividamento Financeiro Total (bruto)	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
Unidade: M€	2019	2020	2021	2022	2023	O21 / R19	O21 / EF20	P22 / O21	P23 / P22
BEI	0,000	20,000	40,000	37,267	34,400	100%	100%	-7%	-8%
Banca Comercial	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0%	0%	0%	0%
Financiamento Grupo AdP	55,091	32,390	16,172	29,277	34,541	-71%	-50%	81%	18%
TOTAL	55,091	52,390	56,172	66,543	68,941	-5%	7%	18%	4%

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021

2.1 BALANÇO PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se o Balanço Previsional previsto para os anos de 2021, 2022 e 2023.

BALANÇO PREVISIONAL

Balanço Previsional	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
Unidade: Euros	2019	2020	2021	2022	2023	O21 / R19	O21 / EF20	P22 / O21	P23 / P22
Ativos não correntes									
Ativos intangíveis	133 176 172	147 933 828	168 577 409	183 178 174	196 646 054	27%	14%	9%	7%
Ativos sob direito de uso	401 723	318 271	238 870	179 152	119 435	-41%	-25%	-25%	-33%
Investimentos Financeiros	7 812	9 877	9 877	9 877	9 877	26%	0%	0%	0%
Impostos diferidos ativos	3 044 279	3 400 920	4 201 190	4 043 604	4 247 730	38%	24%	-4%	5%
Desvio de Recuperação de Gastos	1 079 835	670 652	492 327	371 861	342 841	-54%	-27%	-24%	-8%
Clientes e outros ativos não correntes	63 683	0	0	0	0	-100%	0%	0%	0%
Total dos ativos não correntes	137 773 503	152 333 549	173 519 673	187 782 667	201 365 938	26%	14%	8%	7%
Ativos correntes									
Inventários	100 691	130 966	139 195	85 681	86 393	38%	6%	-38%	1%
Ativos financ. ao justo valor através de outro rend. integral	4 661 565	0	0	0	0	-100%	0%	0%	0%
Clientes	5 999 887	6 838 365	6 943 588	5 527 838	5 589 329	16%	2%	-20%	1%
Estado e outros entes públicos	487 872	408 143	348 310	802 699	808 842	-29%	-15%	130%	1%
Outros ativos correntes	4 626 067	1 526 726	1 801 024	1 740 228	1 684 493	-61%	18%	-3%	-3%
Caixa e seus equivalentes	1 161 851	1 105 000	1 105 000	281 923	287 659	-5%	0%	-74%	2%
Total dos ativos correntes	17 037 934	10 009 200	10 337 116	8 438 368	8 456 717	-39%	3%	-18%	0%
Total do ativo	154 811 437	162 342 749	183 856 789	196 221 036	209 822 655	19%	13%	7%	7%

BALANÇO PREVISIONAL

Balanço Previsional	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
Unidade: Euros	2019	2020	2021	2022	2023	O21 / R19	O21 / EF20	P22 / O21	P23 / P22
Capital Próprio									
Capital social	7 841 500	9 053 000	9 987 500	10 922 000	11 114 300	27%	10%	9%	2%
Reservas e outros ajustamentos	58 904	82 900	116 699	157 158	197 618	98%	41%	35%	26%
Resultados transitados	334 593	455 912	455 912	642 186	768 732	36%	0%	41%	20%
Resultado líquido do exercício	479 907	675 985	899 208	809 192	864 153	87%	33%	-10%	7%
Total do Capital próprio	8 714 905	10 267 797	11 459 319	12 530 536	12 944 803	31%	12%	9%	3%
Passivos não correntes									
Empréstimos	48 636 091	48 181 545	47 727 000	37 266 667	35 827 964	-2%	-1%	-22%	-4%
Passivo da locação	258 069	152 606	115 897	88 018	60 140	-55%	-24%	-24%	-32%
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	0	2 010 676	1 340 421	1 427 964	100%	100%	-33%	7%
Impostos diferidos passivos	2 421 908	2 867 305	3 878 613	1 795 895	1 817 991	60%	35%	-54%	1%
Acréscimos de gastos de investimento contratual	8 042 539	7 593 991	7 510 327	6 309 839	6 885 439	-7%	-1%	-16%	9%
Subsídios ao investimento	68 580 003	79 518 922	91 285 502	103 299 064	114 320 485	33%	15%	13%	11%
Desvio de Recuperação de gastos	0	0	0	0	0	0%	0%	0%	0%
Total dos passivos não correntes	127 938 610	138 314 369	152 528 014	150 099 904	160 339 983	19%	10%	-2%	7%
Passivos correntes									
Empréstimos	6 454 545	4 208 411	8 445 195	29 276 635	33 113 288	31%	101%	247%	13%
Passivo da locação	150 229	163 475	112 742	77 754	42 765	-25%	-31%	-31%	-45%
Fornecedores	7 284 508	4 852 712	5 542 313	3 069 972	2 198 708	-24%	14%	-45%	-28%
Outros passivos correntes	3 806 426	4 415 656	5 639 916	565 253	584 144	48%	28%	-90%	3%
Estado e outros entes públicos	462 214	120 329	129 289	600 983	598 964	-72%	7%	365%	0%
Total do passivo corrente	18 157 922	13 760 583	19 869 456	33 590 596	36 537 869	9%	44%	69%	9%
Total do passivo	146 096 532	152 074 953	172 397 470	183 690 500	196 877 852	18%	13%	7%	7%
Total do passivo e do capital próprio	154 811 437	162 342 749	183 856 789	196 221 036	209 822 655	19%	13%	7%	7%

Relativamente ao balanço previsional, entende-se ser de referir que a variação verificada em ativos intangíveis diz respeito ao investimento programado e orçamentado para 2021 assumindo-se que a AgdA se encontra ainda a realizar um conjunto muito significativo de investimentos que visam a resolução de problemas de abastecimento de água às populações abrangidas bem como o tratamento e rejeição de efluentes. Referir ainda que os investimentos em curso e programados dizem respeito aos investimentos previstos em contratos de Parceria e de Gestão, cuja programação inicial estava concentrada entre 2010 e 2020 no entanto face ao contexto económico do País no referido período, houve necessidade de prolongar no tempo.

Importa também destacar e explicitar os montantes previstos em empréstimos, representando um aumento para 2021, situação que se justifica com a necessidade de financiamento da componente nacional dos investimentos programados, parcialmente mitigada pelo aumento de capital social em 0,923 milhões de euros.

Apesar do investimento previsto concretizar em 2020, neste exercício não houve necessidade de aumento do Endividamento da empresa em resultado da cedência dos Acordos de Regularização de Dívida ao BEI, celebrados ao abrigo do DL 5/2019, contribuindo ainda para a regularização parcial da dívida de clientes.

Referir ainda que a AgdA tem reconhecida a IFRS 16 (locações) sendo possível estabelecer a comparabilidade entre anos de 2019 a 2023 porém para o cálculo de indicadores do PAO, nomeadamente GO/VN, haverá necessidade de expurgar os valores do reconhecimento da IFRS 16, conforme o quadro abaixo.

2.1.1 EFEITO DA IFRS 16 (LOCAÇÕES)

De acordo com o acima referido, para cálculo de indicadores de execução em 2021, nomeadamente no que respeita ao GO/VN, as demonstrações financeiras da empresa deverão ser expurgadas do efeito das IFRS 16 (Locações) nas rúbricas abaixo identificadas:

EFEITO DA IFRS 16 (Locações)

Unidade: Euros	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021
Ativos não correntes			
Ativos sob direito de uso	401 723	318 271	238 870
Passivos não correntes			
Passivo de locação	258 069	152 606	115 897
Passivos correntes			
Passivo da locação	150 229	163 475	112 742
Demonstração de Resultados			
Fornecimentos e serviços externos	-227 381	-216 524	-242 039
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	210 093	207 759	233 999
Gastos Financeiros	17 288	8 766	8 040

2.1.2 BALANÇO PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES

BALANÇO PREVISIONAL POR TRIMESTRES

Balanço Previsional Trimestral	Real	Estimativa	Orçamento			
Unidade: Euros	2019	2020	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2021	3º Trimestre 2021	4º Trimestre 2021
Ativos não correntes						
Ativos intangíveis	133 176 172	147 933 828	154 529 280	159 163 266	165 753 438	168 577 409
Ativos sob direito de uso	401 723	318 271	298 421	278 571	258 720	238 870
Investimentos Financeiros	7 812	9 877	9 877	9 877	9 877	9 877
Impostos diferidos ativos	3 044 279	3 400 920	3 413 549	3 507 769	4 021 275	4 201 190
Desvio de Recuperação de Gastos	1 079 835	670 652	1 205 496	1 659 000	662 417	492 327
Clientes e outros ativos não correntes	63 683	0	0	0	0	0
Total dos ativos não correntes	137 773 503	152 333 549	159 456 623	164 618 483	170 705 727	173 519 673
Ativos correntes						
Inventários	100 691	130 966	151 738	199 261	198 550	139 195
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento Integral	4 661 565	0	0	0	0	0
Clientes	5 999 887	6 838 365	5 989 324	6 041 327	7 282 440	6 943 588
Estado e outros entes públicos	487 872	408 143	354 355	372 720	408 681	348 310
Outros ativos correntes	4 626 067	1 526 726	1 136 673	1 501 986	1 806 312	1 801 024
Caixa e seus equivalentes	1 161 851	1 105 000	1 105 000	1 105 000	1 105 000	1 105 000
Total dos ativos correntes	17 037 934	10 009 200	8 737 090	9 220 295	10 800 983	10 337 116
Total do ativo	154 811 437	162 342 749	168 193 713	173 838 778	181 506 710	183 856 789

BALANÇO PREVISIONAL POR TRIMESTRES

Balanço Previsional Trimestral *Unidade: Euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento			
			1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2021	3º Trimestre 2021	4º Trimestre 2021
Capital Próprio						
Capital social	7 841 500	9 053 000	9 053 000	9 053 000	9 053 000	9 987 500
Reservas e outros ajustamentos	58 904	82 900	116 699	116 699	116 699	116 699
Resultados transitados	334 593	455 912	455 912	455 912	455 912	455 912
Resultado líquido do exercício	479 907	675 985	220 775	444 590	667 469	899 208
Total do Capital próprio	8 714 905	10 267 797	9 846 386	10 070 201	10 293 080	11 459 319
Passivos não correntes						
Empréstimos	48 636 091	48 181 545	47 954 273	47 954 273	47 727 000	47 727 000
Passivo da locação	258 069	152 606	143 429	134 251	125 074	115 897
Fornecedores e outros passivos não correntes	0	0	3 330 398	3 303 745	3 358 642	2 010 676
Impostos diferidos passivos	2 421 908	2 867 305	3 081 424	3 335 167	3 647 147	3 878 613
Acréscimos de gastos de investimento contratual	8 042 539	7 593 991	8 116 158	8 946 426	9 967 501	7 510 327
Subsídios ao investimento	68 580 003	79 518 922	81 450 654	84 179 643	88 150 132	91 285 502
Desvio tarifário passivo de recuperação de custos	0	0	0	0	0	0
Total dos passivos não correntes	127 938 610	138 314 369	144 076 335	147 853 506	152 975 496	152 528 014
Passivos correntes						
Empréstimos	6 454 545	4 208 411	4 407 571	6 314 906	8 181 486	8 445 195
Passivo da locação	150 229	163 475	150 792	138 109	125 425	112 742
Fornecedores	7 284 508	4 852 712	4 509 533	5 064 036	5 493 662	5 542 313
Outros passivos correntes	3 806 426	4 415 656	5 086 034	4 272 861	4 291 497	5 639 916
Estado e outros entes públicos	462 214	120 329	117 062	125 160	146 064	129 289
Total do passivo corrente	18 157 922	13 760 583	14 270 992	15 915 071	18 238 134	19 869 456
Total do passivo	146 096 532	152 074 953	158 347 327	163 768 577	171 213 630	172 397 470
Total do passivo e do capital próprio	154 811 437	162 342 749	168 193 713	173 838 778	181 506 710	183 856 789

2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração de Resultados por Natureza Previsional para 2021, 2022 e 2023, no âmbito do **SPPIAAlentejo.**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

Demonstração de Resultados	Real	Estimativa	Orçamento	Previsão	Previsão	Variações			
Unidade: Euros	2019	2020	2021	2022	2023	O21 / R19	O21 / EF20	P22 / O21	P23 / P22
Vendas	11 291 434	11 727 604	12 347 051	12 957 745	13 124 547	9%	5%	5%	1%
Prestações de serviços	3 716 204	4 645 075	5 353 192	8 202 340	8 270 873	44%	15%	53%	1%
Rendimentos de serviços de construção	25 567 952	19 036 985	23 657 685	21 504 477	20 309 407	-7%	24%	-9%	-6%
Défice/Superavit tarifário de recuperação de custos	1 428 835	-409 182	-178 325	-120 466	-29 019	-112%	-56%	-32%	-76%
Volume de Negócios	42 004 425	35 000 482	41 179 602	42 544 096	41 675 807	-2%	18%	3%	-2%
Custo das vendas/Variação dos inventários	678 754	1 034 664	1 089 585	1 355 938	1 367 914	61%	5%	24%	1%
Gastos de serviços de construção	25 567 952	19 036 985	23 657 685	21 504 477	20 309 407	-7%	24%	-9%	-6%
Margem Bruta	15 757 719	14 928 833	16 432 333	19 683 681	19 998 487	4%	10%	20%	2%
Fornecimentos e serviços externos	9 921 697	8 616 203	8 084 209	9 580 352	9 785 126	-19%	-6%	19%	2%
Gastos com pessoal	2 876 016	3 241 768	3 868 983	3 652 241	3 728 578	35%	19%	-6%	2%
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	4 864 423	5 102 228	7 412 485	6 903 712	6 841 526	52%	45%	-7%	-1%
Subsídios ao investimento	3 033 388	3 136 820	4 494 698	3 232 558	3 195 163	48%	43%	-28%	-1%
Outros gastos e perdas operacionais	131 200	103 860	116 334	111 720	117 746	-11%	12%	-4%	5%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	239 659	275 373	174 647	0	0	-27%	-37%	-100%	0%
Resultados operacionais	1 237 429	1 276 965	1 619 667	2 668 214	2 720 674	31%	27%	65%	2%
Gastos financeiros	1 009 713	688 561	713 762	1 575 465	1 549 508	-29%	4%	121%	-2%
Rendimentos financeiros	381 542	259 275	238 738	0	0	-37%	-8%	-100%	0%
Resultados financeiros	-628 171	-429 286	-475 024	-1 575 465	-1 549 508	-24%	11%	232%	-2%
Resultados antes de impostos	609 258	847 679	1 144 643	1 092 749	1 171 167	88%	35%	-5%	7%
Imposto do exercício	19 968	82 938	34 398	493 324	489 044	72%	-59%	1334%	-1%
Imposto diferido	109 383	88 757	211 037	-209 766	-182 031	93%	138%	-199%	-13%
Resultado líquido do exercício operações continuadas	479 907	675 985	899 208	809 192	864 153	87%	33%	-10%	7%
Resultado líquido do exercício	479 907	675 985	899 208	809 192	864 153	87%	33%	-10%	7%
Atribuível a acionistas da ADP SGPS	244 753	344 752	458 596	412 688	440 718	87%	33%	-10%	7%
Atribuível a interesses minoritários	235 155	331 233	440 612	396 504	423 435	87%	33%	-10%	7%

Os gastos e os réditos apresentados na Demonstração de Resultados Previsional resultam das atividades planeadas para 2021 e previstas em Contrato de Gestão da AgdA sustentado em Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro, não se prevendo o lançamento de novas tarefas e atividades que careçam de quantificação e aferição para análise da respetiva sustentabilidade.

Para 2021 não foram previstos eventos sem repetição que possam traduzir impactos financeiros materiais plasmados no Balanço e Demonstração de Resultados, pese embora no ano de 2019 estes se tenham verificado e justificados no ponto 3.5.1 de forma a obter comparabilidade entre os exercícios bem como o cálculo de indicadores.

Tendo em consideração o atual contexto de pandemia pela Covid-19, no exercício previsional foram previstos suportar em 2020 e em 2021 gastos com aquisição de bens e serviços registados nas rúbricas de FSE e em gastos com o pessoal pelo pagamento de trabalho suplementar e respetivos encargos sociais. Assim, em 2020 foi previsto suportar um total de 209 mil euros, repartido entre 118 mil euros em FSE e 91 mil euros com gastos com pessoal. No que diz respeito ao ano de 2021, tendo em consideração que se presume a resolução da situação de Pandemia no primeiro semestre de 2021, prevê-se o regresso progressivo ao normal funcionamento de atividades pelo que foi previsto 104 mil euros a registar em FSE.

Sem prejuízo do acima referido não se prevê que a situação de pandemia origine outras variações significativas nas rúbricas da Demonstração de Resultados, nomeadamente no que respeita ao volume de negócios prevendo-se a continuidade da atividade.

O volume de negócios previsto para 2021, expurgado do rédito dos serviços de construção e desvios de recuperação de gastos, apresenta um valor superior ao de 2019 e de 2020 em resultado da aplicação da tarifa do serviço de tratamento de águas residuais prestado pelas instalações novas, reabilitadas ou intervencionadas. Em relação à venda de água, o aumento resulta da atualização das tarifas, conforme previsto em Contrato de Gestão, não sendo expectável grandes variações ao nível dos volumes previstos fornecer em 2021, pese embora o facto dos Municípios efetuarem alguns investimentos na redução de perdas, o que conjugadamente com igual número de habitantes residentes, leve a estimar que os volumes de água a fornecer venham a ficar idênticos aos que se forneceram em 2020 conforme se poderá observar na nota 3.6.5.

Prevê-se que para 2021 o custo das vendas aumente comparativamente com os montantes de 2020 uma vez que se prevê o arranque de novas infraestruturas que com a alteração do processo produtivo gera uma maior necessidade de utilização de reagentes. A título de exemplo, no ano de 2020 procedeu-se ao arranque da ETAR de Beja, ETAR de Grândola e ETAR de Montemor-o-Novo cuja solução técnica para o tratamento das águas residuais passa por um processo de tratamento com a utilização de reagentes, o que contrasta com as ETAR desativadas, maioritariamente com processo de tratamento por lagunagem, que não utiliza reagentes químicos. Referir que estas infraestruturas entraram em funcionamento durante o ano de 2020 pelo que este ano não representa um ano completo de encargos. Contribui ainda para o aumento de encargos o arranque da ETAR de São Teotónio que se prevê para janeiro de 2021.

No que concerne com a atividade de abastecimento de água, importa ainda justificar a variação dos encargos entre 2019 e previsões para 2020 e 2021. A rúbrica inclui a aquisição de água bruta anteriormente registada em FSE uma vez que se considerava que o custo correspondia à comparticipação nos encargos com a operação e manutenção das albufeiras. Em 2020, na sequência do acordo com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado, a empresa passou a custear a aquisição de água pelo que se procedeu à alteração de critério contabilístico registando o valor em CMVMC. Também o arranque da nova ETA da Magra contribui para o aumento do encargo com aquisição de água bruta uma vez que 2020 e 2021 representam 12 meses de aquisição de água bruta à EDIA (em 2019 representou apenas 4 meses por a infraestrutura ter arrancado em setembro de 2019). Por outro lado, a degradação da qualidade de água na albufeira do Enxoé leva a que a AgdA tenha de procurar outras origens para abastecimento às populações servidas pela ETA do Enxoé, pelo que será necessário adquirir água no canal da EDIA, contribuindo igualmente com um sobrecusto do processo produtivo. Acresce ainda ao acima que, encontrando-se a região a atravessar um longo período de pouca precipitação, com os níveis das albufeiras muito baixos, verifica-se a necessidade de reposição destes níveis tendo-se adquirido água bruta à EDIA, situação que se prevê que venha ainda a ocorrer em 2020 e 2021.

O montante previsto para 2021 na rúbrica de FSE representa uma redução quando comparada com os anos de 2019 e 2020. Conforme anteriormente referido o ano de 2019 constitui uma exceção na medida em que o montante registado deve ser corrigido de eventos sem repetição nomeadamente no que respeita aos montantes de transporte de água por auto tanque e a correção da especialização de 2010 a 2018 relativa aos gastos com a manutenção das albufeiras e barragens, justificado no ponto 3.5 do presente relatório, cujo montante global ascende a 1,539 milhões de euros.

Expurgado o valor acima referido da rúbrica de FSE, os gastos globais de 2019 atingiriam o valor de 8,383M€, pelo que a análise e comentários abaixo redigidos se irão referir a este montante. Com este valor, o ano de 2021 representará ainda uma redução comparativamente aos anos 2019 e 2020, em resultado de: i) os investimentos efetuados e que se encontram em fase de arranque têm vindo a permitir reduzir alguns encargos, nomeadamente o transporte de água por auto tanque; ii) é prevista a integração na empresa de algumas atividades atualmente subcontratadas, nomeadamente, operação direta de algumas infraestruturas de saneamento, manutenção curativa de algumas infraestruturas, apoio dos sistemas de informação, prevendo-se no entanto que o aumento venha a ocorrer em gastos com o pessoal, permitindo um maior controlo de atividades e maior eficiência operacional tendo em conta os objetivos preconizados; iii) pela redução do custo energético para 2021, que se estimou em 11%, em resultado de melhores condições de tarifas energéticas na sequência do concurso público efetuado em março de 2020 permitindo contratualizar em baixa as tarifas para 2020 e 2021.

Conforme anteriormente referido, as previsões para 2021 representam uma redução nas componentes de subcontratos, transporte de mercadorias, energia e outros serviços especializados. A redução prevista em subcontratos (outsourcing) está, conforme referido, relacionado com a integração de algumas atividades na empresa, nomeadamente pela operação direta de algumas infraestruturas de saneamento bem como pela conclusão de alguns investimentos uma vez que passará a ser possível ligar aos sistemas principais alguns sistemas de abastecimento de água até então autónomos, concretamente nos municípios de Santiago do Cacém e Odemira, tornando prescindível o *outsourcing* atual.

No que diz respeito à redução prevista na componente de transporte de mercadorias importa destacar que, com os investimentos concluídos em 2020, passou a ser possível garantir através do sistema principal o abastecimento de água em qualidade de quantidade a alguns aglomerados populacionais que até então, em situação de risco, eram abastecidas com recurso a transporte de água por autotanque por se tratarem de sistemas autónomos e com origens de águas pouco fiáveis. Prevê-se ainda a continuidade desta tendência, tendo sido identificadas as situações de maior risco para que num futuro próximo sejam também ligadas ao sistema principal nomeadamente com a conclusão da empreitada de Adução Eixo Almodôvar-Mértola Sudoeste Eixos Secundários e Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé e Adução Zona Mértola Noroeste.

Em sentido inverso verificam-se aumentos mais significativos nas rúbricas de tratamento de resíduos, combustíveis e rendas e alugueres de viaturas. Conforme anteriormente referido a AgdA encontra-se a concluir investimentos em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais que, em detrimento da melhoria de qualidade de serviço público prestado, em termos de qualidade e fiabilidade de serviço, o arranque destas infraestruturas resultará num aumento dos gastos pese embora estes sejam ainda acompanhados do aumento do volume de negócios uma vez que a empresa passará ainda a praticar tarifa nas referidas infraestruturas de saneamento de águas residuais. Relativamente aos encargos com viaturas, uma vez que se prevê a integração de algumas atividades atualmente subcontratadas, será necessário constituir novas equipas operacionais e de manutenção, pelo que haverá necessidade de contratar mais viaturas e adquirir mais combustível.

Destaca-se ainda que para 2021 se preveem desvios tarifários positivos (superavit), o que demonstra que os rendimentos totais são suficientes para cobrirem a totalidade dos custos, incluindo a remuneração acionista, evidenciando a sustentabilidade da Empresa.

No que concerne à remuneração acionista importa salientar que nos termos dos Contratos de Parceria e de Gestão a mesma corresponde à remuneração do capital social e reservas, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações de Tesouro portuguesas a 10 anos, correspondente à média dos valores anuais dos últimos quinze anos das respetivas taxas de rentabilidade após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três mais baixas. A remuneração do Capital Social é ainda acrescida de um máximo de 3 pontos percentuais, sendo essa remuneração devida desde a data da realização do capital social. Uma vez que para 2021 não se prevê que venham a ocorrer fatores que reduzam o risco do capital social investido, foi mantido para 2021 o prémio de risco de 3 pontos percentuais.

2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL POR TRIMESTRES

Demonstração de Resultados	Orçamento				Orçamento
Unidade: Euros	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2021	3º Trimestre 2021	4º Trimestre 2021	2021
Vendas	2 565 756	2 886 860	3 798 266	3 096 169	12 347 051
Prestações de serviços	1 158 265	1 277 729	1 581 898	1 335 300	5 353 192
Rendimentos de serviços de construção	5 238 659	6 018 528	5 836 884	6 563 615	23 657 685
Défice/Superavit tarifário de recuperação de custos	534 844	453 504	-996 584	-170 090	-178 325
Volume de Negócios	9 497 523	10 636 621	10 220 464	10 824 994	41 179 602
Custo das vendas/Variação dos inventários	223 108	268 368	348 435	249 675	1 089 585
Gastos de serviços de construção	5 238 659	6 018 528	5 836 884	6 563 615	23 657 685
Margem Bruta	4 035 757	4 349 725	4 035 146	4 011 705	16 432 333
Fornecimentos e serviços externos	1 938 370	2 107 976	2 141 762	1 896 101	8 084 209
Gastos com pessoal	966 753	1 019 208	805 166	1 077 856	3 868 983
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	1 578 343	1 859 632	2 273 038	1 701 471	7 412 485
Subsídios ao investimento	951 636	1 127 749	1 386 576	1 028 737	4 494 698
Outros gastos e perdas operacionais	26 612	32 596	30 036	27 090	116 334
Outros rendimentos e ganhos operacionais	43 662	43 662	43 662	43 662	174 647
Resultados operacionais	520 975	501 724	215 382	381 586	1 619 667
Gastos financeiros	190 515	190 592	176 124	156 531	713 762
Rendimentos financeiros	61 997	52 441	55 906	68 394	238 738
Resultados financeiros	-128 518	-138 151	-120 218	-88 137	-475 024
Resultados antes de impostos	392 457	363 574	95 163	293 449	1 144 643
Imposto do exercício	-28 845	-18 204	71 993	9 454	34 398
Imposto diferido	201 489	159 523	-201 527	51 551	211 037
Resultado líquido do exercício operações continuadas	219 812	222 255	224 697	232 444	899 208
Resultado líquido do exercício	219 812	222 255	224 697	232 444	899 208
Atribuível a acionistas da ADP SGPS	112 104	113 350	114 596	118 546	458 596
Atribuível a interesses minoritários	107 708	108 905	110 102	113 897	440 612

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional para os anos de 2021, 2022 e 2023, no âmbito do SPPIAAlentejo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional *Unidade: Euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes	17 070 780	23 577 584	19 004 979	22 376 763	22 617 653
Pagamentos a fornecedores	-12 789 272	-13 088 630	-11 886 267	-13 451 637	-14 589 503
Pagamentos ao pessoal	-2 942 614	-2 149 215	-2 673 082	-3 031 450	-3 728 578
Fluxo gerado pelas operações	1 134 894	8 339 739	4 445 629	5 893 676	4 299 573
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-26 122	-4 905	-6 889	-500 394	493 324
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	1 269 916	2 481 386	1 159 851	5 855 424	916 052
Pagamentos segurança social	-620 588	-836 913	-1 130 108	-620 791	-633 828
Pagamentos de outros impostos	-105 442	-1 045 350	-672 117	-111 720	-593 687
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	517 764	594 219	-649 263	4 622 519	181 861
Fluxo de atividades operacionais	1 652 658	8 933 958	3 796 367	10 516 195	4 481 434
Atividades de investimento					
Recebimentos provenientes de:					
Subsídios de Investimento	13 302 369	14 170 096	15 871 908	15 246 120	15 732 286
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	13 302 369	14 170 096	15 871 908	15 246 120	15 732 286
Pagamentos respeitantes a:					
Subsídios de Investimento	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis	-17 322 570	-20 082 504	-22 904 832	-19 681 795	-20 309 407
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-17 322 570	-20 082 504	-22 904 832	-19 681 795	-20 309 407
Fluxo das atividades de Investimento	-4 020 201	-5 912 409	-7 032 925	-4 435 676	-4 577 120

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional *Unidade: Euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
Atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos	4 000 000	2 272 728	3 782 238	0	2 397 950
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	1 211 500	1 211 500	934 500	0	192 300
Outros recebimentos de financiamento	0	11 996	0	0	0
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento	5 211 500	3 496 224	4 716 738	0	2 590 250
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos	-2 454 546	-4 973 407	0	-4 425 361	0
Juros e gastos similares	-787 433	-1 266 623	-837 995	-2 023 981	-2 032 915
Dividendos	0	-334 594	-642 186	-454 254	-455 912
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-3 241 979	-6 574 624	-1 480 180	-6 903 597	-2 488 827
Fluxo das atividades de financiamento	1 969 521	-3 078 400	3 236 558	-6 903 597	101 423
Variações de caixa e seus equivalentes	-398 022	-56 851	0	-823 078	5 736
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 559 873	1 161 851	1 105 000	1 105 000	281 923
-Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 161 851	1 105 000	1 105 000	281 923	287 659

A AdP SGPS, S.A. tem solicitado nos últimos anos à Secretaria de Estado do Tesouro a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma, o pressuposto subjacente ao presente plano de orçamento e atividades assenta no princípio que em 2021 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, SA, e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

2.3.1 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL 2021 POR TRIMESTRES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL POR TRIMESTRES

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional	Real	Estimativa	Orçamento				Orçamento
Unidade: Euros	2019	2020	1º Trimestre 2021	2º Trimestre 2021	3º Trimestre 2021	4º Trimestre 2021	2021
Atividades operacionais							
Recebimentos de clientes	17 070 780	23 577 584	4 969 191	4 413 417	4 517 767	5 104 604	19 004 979
Pagamentos a fornecedores	-12 993 272	-13 088 630	-2 739 328	-3 035 784	-3 299 958	-2 811 197	-11 886 267
Pagamentos ao pessoal	-2 942 614	-2 149 215	-605 269	-802 292	-502 653	-762 869	-2 673 082
Fluxo gerado pelas operações	1 134 894	8 339 739	1 624 594	575 342	715 156	1 530 537	4 445 629
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-26 122	-4 905	0	-6 889	0	0	-6 889
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	1 269 916	2 481 386	328 059	265 188	278 383	288 222	1 159 851
Pagamentos segurança social	-620 588	-836 913	-241 916	-359 484	-200 190	-328 518	-1 130 108
Pagamentos de outros impostos	-105 442	-1 045 350	-131 717	-178 535	-166 035	-195 830	-672 117
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	517 764	594 219	-45 575	-279 720	-87 842	-236 126	-649 263
Fluxo de atividades operacionais	1 652 658	8 933 958	1 579 020	295 622	627 314	1 294 411	3 796 367
Atividades de investimento							
Recebimentos provenientes de:							
Subsídios de Investimento	13 302 369	14 170 096	3 163 635	3 486 137	5 058 027	4 164 108	15 871 908
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	13 302 369	14 170 096	3 163 635	3 486 137	5 058 027	4 164 108	15 871 908
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos intangíveis	-17 322 570	-20 082 504	-4 443 279	-4 869 487	-7 041 481	-6 550 586	-22 904 832
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-17 322 570	-20 082 504	-4 443 279	-4 869 487	-7 041 481	-6 550 586	-22 904 832
Fluxo das atividades de Investimento	-4 020 201	-5 912 409	-1 279 643	-1 383 350	-1 983 454	-2 386 478	-7 032 925

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL POR TRIMESTRES

Demonstração do Fluxos de Caixa Previsional *Unidade: Euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 1º Trimestre 2021	Orçamento 2º Trimestre 2021	Orçamento 3º Trimestre 2021	Orçamento 4º Trimestre 2021	Orçamento 2021
Atividades de financiamento							
Recebimentos provenientes de:							
Empréstimos obtidos	4 000 000	2 272 728	0	1 879 222	1 639 307	263 709	3 782 238
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	1 211 500	1 211 500	0	0	0	934 500	934 500
Outros recebimentos de financiamento	0	11 996	0	0	0	0	0
Fluxo dos recebimentos de atividades de financiamento	5 211 500	3 496 224	0	1 879 222	1 639 307	1 198 209	4 716 738
Pagamentos respeitantes a:							
Empréstimos obtidos	-2 454 546	-4 973 407	0	0	0	0	0
Juros e gastos similares	-787 433	-1 266 623	-271 264	-177 421	-283 168	-106 142	-837 995
Dividendos	0	-334 594	0	-642 186	0	0	-642 186
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	-3 241 979	-6 574 624	-271 264	-819 607	-283 168	-106 142	-1 480 180
Fluxo das atividades de financiamento	1 969 521	-3 078 400	-271 264	1 059 615	1 356 139	1 092 067	3 236 558
Variações de caixa e seus equivalentes	-398 022	-56 851	28 113	-28 113	0	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 559 873	1 161 851	1 161 851	1 161 851	1 133 738	1 133 738	1 105 000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 161 851	1 105 000	1 189 963	1 133 738	1 133 738	1 133 738	1 105 000

As variações das rúbricas da demonstração de fluxos de caixa previsional resultam do processo orçamental que reflete a atividade corrente, de investimento e financeira projetada para 2021 não se prevendo variações significativas para além das variações clarificadas ao longo do documento Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

Ao analisar as rúbricas com maior expressão podemos observar a redução dos recebimentos de clientes uma vez quem em 2020 a AgdA recuperou dívida de clientes com a cedência de acordos de regularização de dívida a entidades financeiras, permitindo receber antecipadamente o montante das prestações dos acordos. No entanto, relativamente a 2019, a rúbrica aumenta em resultado do aumento do volume de negócios, não incrementando significativamente a dívida de clientes.

Conforme se pode verificar na rúbrica de pagamento de ativos intangíveis, o ano de 2021 continuará a ser marcado pela execução dos investimentos previstos em contrato de gestão. Em contrapartida, a AgdA prevê receber o respetivo subsídio comunitário uma vez que maioritariamente se encontram abrangidos por contratos de financiamento com o POSEUR.

É ainda de referir que para 2021 foi previsto o aumento do Capital Social da empresa em 0,937 milhões de euros, o que contribuirá para mitigar a necessidade de aumento do Endividamento, uma vez que será necessário ainda recorrer a empréstimos para garantia da componente nacional do investimento previsto.

3. ORIENTAÇÕES E LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA O SEE

3.1 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AgdA é uma empresa do setor empresarial do Estado, integra o Grupo Águas de Portugal e, no âmbito do Contrato de Gestão celebrado, tem por objeto a exploração e gestão dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas do Sistema Público de Parceria de Águas do Alentejo (SPPIAAlentejo).

Os seus objetivos são integrados nos objetivos do Grupo AdP, os quais são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

Em 2019 cessou o mandato para o atual Conselho que Administração não tendo ainda sido fixadas as orientações estratégicas gerais da AgdA para o próximo mandato. Tendo em consideração que não foram ainda nomeados os novos órgãos estatutários para o mandato de 2020/2022 e não tendo ainda sido fixadas novas orientações estratégicas o Conselho de Administração da AgdA mantem o comprometido com as anteriores orientações, nomeadamente:

- Cumpram a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- Sejam socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- Desenvolvam ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.
- Promovam o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.
- Adotem metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes.
- Concebam e implementem políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão.
- Implementem planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade).

- Implementem políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade).
- Adotem sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes e suscetíveis de auditoria permanente, por entidades competentes para o efeito.

Reiterar que em 2020 se iniciará um novo mandato (2020/2022), devendo ser fixados os objetivos de gestão para o respetivo mandato na Assembleia Geral de 2020. O Plano de Atividades e Orçamento dá cumprimento aos objetivos para 2021 caso se mantenham as metas de 2019.

3.2 CONTRATOS DE GESTÃO, CONTRATOS-PROGRAMA E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a AgdA não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

3.3 MAXIMIZAÇÃO DAS RECEITAS MERCANTIS

O volume de negócios da AgdA para 2021 resulta da aplicação de uma tarifa para o abastecimento de água e outra para o tratamento de efluentes, aprovadas pelos Parceiros (Estado e 20 Municípios) e pela Comissão de Parceria conforme Aditamento ao Contrato de Gestão celebrado em 22 de dezembro de 2015, atualizada pelo Índice de Produtividade de Fatores, conforme previsto nos referidos contratos.

As tarifas compreendem uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Serviços, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa e, uma componente variável aplicada aos metros cúbicos efetivamente fornecidos / tratados.

Assim, as tarifas aprovadas em aditamento ao Contrato de Gestão para o ano de 2021 e atualizadas pelo Índice de Produtividade de Fatores (IPF) são:

Atualização da Tarifa de Acordo com Anexo IV do Contrato de Gestão
(n.º 1 da Clausula 17.ª do Contrato de Gestão)

As Tarifas são definidas no anexo III ao presente contrato, devendo ser anualmente atualizadas pela EGP, de acordo com o Índice de Produtividade de Fatores (IPF), vertido na fórmula constante do Anexo IV

Formula de Atualização $T_{n+1} = T_n \times IPF$

	Componente Fixa AA	Componente Variável AA	Componente Fixa AR	Componente Variável AR
T n	27,6335	0,4391	20,0488	0,4247
IPF	0,5821%	0,5821%	0,5821%	0,5821%
Variação	0,1609	0,0026	0,1167	0,0025
T n+1	**27,7944**	**0,4417**	**20,1655**	**0,4272**

3.4 CRESCIMENTO DO EBIT

Para 2021 a AgdA prevê um crescimento positivo do EBIT, em linha com a política de gestão adotada e devidamente sustentada em Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro que suporta os contratos de Parceria e de Gestão e respetivos aditamentos:

Evolução do EBIT	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2020		Var 2021/2019	
Unidade: Euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Resultado Operacional (EBIT)	1 237 429	1 276 965	1 619 667	342 702	27%	382 238	31%

Contudo, a informação acima referida deverá ser expurgada de efeitos contabilísticos e de eventos sem repetição conforme referido no ponto 3.5.1 pelo que seguidamente é apresentado a Evolução do EBIT ajustado:

Cálculo do EBIT Ajustado	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2020		Var 2021/2019	
Unidade: Euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Resultado Operacional (EBIT)	1 237 429	1 276 965	1 619 667	342 702	27%	382 238	31%
Desvio Tarifário	1 428 835	-409 182	-178 325	230 857	-56%	-1 607 160	-112%
COVID 19	0	208 730	104 365	-104 365	-50%	104 365	100%
Eventos sem repetição 2019	1 538 503	0	0	0	0%	-1 538 503	-100%
EBIT AJUSTADO	1 347 098	1 894 877	1 902 358	7 480	0%	555 260	41%

Face ao acima exposto a empresa consolida o crescimento do EBIT e do EBIT Ajustado de 2021 comparativamente com os exercícios de 2019 e 2020.

3.5 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE REDUÇÃO DE CUSTOS (PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS)

Para análise do indicador importa ter presente a evolução da atividade da empresa uma vez que se encontra em fase de investimento e consequentemente com alteração de soluções tecnológicas em infraestruturas herdadas dos municípios já degradas, com o arranque de novas infraestruturas e ainda, sujeita às alterações climáticas que afetam particularmente a região sul e interior no País, concretamente o Alentejo, o que se traduz numa necessidade acrescida de resiliência dos sistemas nomeadamente no que respeita a adequação de processos de tratamento pela volatilidade da qualidade de água bruta bem como pela escassez desta em determinadas regiões do Alentejo. Assim, não é completamente possível exercer uma comparabilidade entre os exercícios por, em cada um dos anos, a atividade não ser igualmente comparável não só pelo facto do investimento realizado trazer novas soluções técnicas e alterações ao *Modus Operandus* dos sistemas mas também pelo facto de com a conclusão dos investimentos irem entrando em funcionamento novas infraestruturas.

Apesar disso, a empresa sempre se mostrou sustentável, evidenciando nas suas contas anuais resultados positivos através da acumulação de desvios de recuperação de gastos positivos *(superavit)* devidamente auditados por entidade independente e vertidos nos Relatórios & Contas anuais da empresa.

Importa referir que, numa análise às demonstrações financeiras previsionais da empresa para 2021, a AgdA vem aumentando a sua estrutura de gastos pese embora o resultado operacional expurgado de amortizações e Desvios de Recuperação de Gastos (EBITDA ajustado) represente uma melhoria do resultado na medida em que o aumento desses gastos é acompanhado pelo aumento do volume de negócios. Ainda assim, na análise à demonstração de resultados previsional é possível verificar que a empresa continua a gerar valor aos seus acionistas, através da remuneração acionista, e praticando tarifas aceitáveis na região, gerando *superavit* (excedentes tarifários) que resultam de tarifas aprovadas pela Comissão de Parceria e Parceiros e com parecer favorável da ERSAR.

Excetua-se do acima referido o ano de 2019 em que se considera terem ocorrido eventos sem repetição que originaram um acréscimo excecional de encargos, nomeadamente no que respeita ao transporte de água por autotanque e correção da estimativa de gastos previstos suportar com a comparticipação na manutenção de albufeiras e barragens em que a AgdA capta água, nomeadamente albufeira do Monte da Rocha e Albufeira do Roxo e ainda pelo encargo registado em resultado da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja relativo ao pagamento de uma renda pela utilização dos furos da Bica Fria no período compreendido entre 2010 e 2016, pelo que para estabelecer uma comparabilidade entre exercícios importa expurgar no ano de 2019 estes encargos adicionais.

Tendo em consideração o atual contexto por Pandemia Covid-19, no exercício previsional foram previstos suportar em 2020 e em 2021 gastos com aquisição de bens e serviços registados nas rúbricas de FSE e em gastos com o Pessoal pelo pagamento de trabalho suplementar e respetivos encargos sociais. Assim, em 2020 foi previsto suportar um total de 209 mil euros, repartido entre 118 mil euros em FSE e 91 mil euros com gastos com pessoal. No que diz respeito ao ano de 2021, tendo em consideração que se prevê a resolução da situação de Pandemia no primeiro semestre, prevê-se o regresso progressivo ao normal funcionamento de atividades pelo que foi previsto 104 mil euros a registar em FSE.

Merece também especial relevo a eficiência da empresa que, numa gestão financeira pautada pelo baixo custo, se preveem melhorias significativas no que diz respeito ao serviço de abastecimento de água e saneamento, com destaque para a qualidade de água para abastecimento e na qualidade de águas residuais tratadas.

É neste contexto que a empresa se propõe para o exercício de 2021 a manter o nível de serviço público prestado com estrito cumprimento pelas orientações transmitidas à empresa, mantendo elevados os padrões de qualidade e serviço público aos cerca de 250 mil habitantes.

Referir que o valor registado no ponto 2 FSE diz respeito ao valor inscrito em demonstração do resultado integral acrescido do efeito da IFRS16, conforme nota justificativa no ponto 2.1.1.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do Plano de Redução de Gastos (PRC) da AgdA estimado para o ano de 2021.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS							
PRC	Orçamento	Estimativa	Real	Var 2021/2020		Var 2021/2019	
Unidade: Euros / Percentagem	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
1. CMVCM	1 089 585	1 034 664	678 754	54 921	5%	410 831	61%
2. FSE	8 326 248	8 832 728	9 921 697	-506 479	-6%	-1 595 449	-16%
3. Gastos com pessoal	3 868 983	3 241 768	2 876 016	627 215	19%	992 967	35%
Indemnizações por rescisão	0	0	0	0	0%	0	0%
Valorizações Remuneratórias	168 599	141 267	138 455	27 332	19%	30 144	22%
4. Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	13 284 816	13 109 160	13 476 467	175 656	1%	-191 651	-1%
5. Volume de Negócios (VN)	17 700 243	16 372 679	15 007 638	1 327 564	8%	2 692 605	18%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0%	0	0%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0%	0	0%
6. Peso dos Gastos / VN =(4) / (5)	75,05%	80,07%	89,80%	0	-6,26%	0	-16,42%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	23 632	19 579	14 483	4 053	20,70%	9 149	63,17%
(8) Ajudas de custo (valor)	4 364	4 386	1 737	-22	-0,50%	2 627	151,24%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	531 472	454 486	491 096	76 986	16,94%	40 376	8,22%
(7) + (8) + (9)	559 468	478 452	507 316	81 016	16,93%	52 152	10,28%
Gastos com contratações de Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria (valor)	7 536	7 911	7 975	-374	-5%	-439	-6%
(a) Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos							

Com o Orçamento Previsional apresentado pela AgdA **será cumprido** o rácio de Gastos Operacionais por Volume de Negócios uma vez que o peso dos gastos será inferior aos anos anteriores.

3.5.1 PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS AJUSTADO (EVENTOS SEM REPETIÇÃO E EFEITOS COVID 19)

Conforme anteriormente referido, para estabelecer uma comparabilidade da previsão de 2021 com os exercícios 2019 e 2020 importa expurgar os encargos extraordinários e de eventos sem repetição, nomeadamente efetuar o ajustamento de encargos com transporte de água por autotanque, o ajustamento das estimativas relativas aos gastos previstos suportar com a comparticipação na manutenção de albufeiras e barragens em que a AgdA capta água, nomeadamente albufeira do Monte da Rocha e Albufeira do Roxo, e ainda pelo encargo registado em resultado da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja relativo ao pagamento de uma renda pela utilização dos furos da Bica Fria, no período compreendido entre 2010 e 2016, cujo montante total das rúbricas de FSE se cifra em 1,539 M€.

O ano de 2020 foi marcado pela Pandemia Covid-19 tendo sido reconhecido em gastos o valor de 209 mil euros, descriminado por 117 603 euros em fornecimentos e serviços externos, pelo reforço das limpezas e desinfeção de instalações, aquisição de material de higiene e conforto, máscaras, luvas, gel desinfetante, e por 91 127 euros para pagamento de trabalho suplementar e encargos sociais aos trabalhadores por constituição de equipas individuais com maior rotatividade e menor permanência nas instalações em 2020. Prevendo-se ainda impactos no primeiro semestre de 2021, foi previsto 104 365 euros para gastos com fornecimentos e serviços externos, pelo reforço das limpezas e desinfeção de instalações, aquisição de material de higiene e conforto, máscaras, luvas, gel desinfetante, bem como para a contratação de 4 viaturas em regime de aluguer mensal e respetivo combustível para que os trabalhadores circulem individualmente mitigando o risco de contaminação.

Referir que o valor registado no ponto 2 FSE diz respeito ao valor inscrito em demonstração do resultado integral acrescido do efeito da IFRS16, conforme nota justificativa no ponto 2.1.1.

Neste contexto será ainda necessário expurgar do cálculo em 2020 e 2021 os efeitos da Pandemia Covid-19.

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS AJUSTADO

PRC Ajustado	Orçamento	Estimativa	Real	Var 2021/2020		Var 2021/2019	
Unidade: Euros / Percentagem	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
1. CMVCM	1 089 585	1 034 664	678 754	54 921	5%	410 831	61%
2. FSE Ajustado (2.1)-(2.2)-(2.3)-(2.4)-(2.5)	8 221 883	8 623 998	8 383 194	-402 114	-5%	-161 311	-2%
2.1 FSE	8 326 248	8 832 728	9 921 697	-506 479	-6%	-1 595 449	-16%
2.2 Variação do encargo com transporte de água por autotanque	0	0	758 794	0	0%	-758 794	-100%
2.3 Ajustamento das estimativas de Encargos com Manutenção Barragens (2010 a 2018)	0	0	576 613	0	0%	-576 613	-100%
2.4 Ajustamento da renda pela utilização dos Furos da Bica Fria (2010 a 2016)	0	0	203 096	0	0%	-203 096	-100%
2.5 Gastos previstos em FSE' COVID - 19	104 365	208 730	0	-104 365	-50%	104 365	100%
3. Gastos com pessoal	3 868 983	3 241 768	2 876 016	627 215	19%	992 967	35%
Indemnizações por rescisão	0	0	0	0	0%	0	0%
Valorizações Remuneratórias	168 599	141 267	138 455	27 332	19%	30 144	22%
4. Gastos Operacionais (a)=(1)+(2)+(3)	13 180 451	12 900 430	11 937 963	280 021	2%	1 242 488	10%
5. Volume de Negócios (VN)	17 700 243	16 372 679	15 007 638	1 327 564	8%	2 692 605	18%
Subsídios à Exploração	0	0	0	0	0%	0	0%
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0%	0	0%
6. Peso dos Gastos / VN =(4) / (5)	74,46%	78,79%	79,55%	-4,33%	-5,49%	0	-6,39%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	23 632	19 579	14 483	4 053	20,70%	9 149	63,17%
(8) Ajudas de custo (valor)	4 364	4 386	3 386	-22	-0,50%	978	28,89%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	531 472	454 486	491 096	76 986	16,94%	40 376	8,22%
(7) + (8) + (9)	559 468	478 452	508 965	81 016	16,93%	50 503	9,92%
Gastos com contratações de Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria (valor)	7 536	7 911	7 975	-374	-5%	-439	-6%

(a) Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

No que diz respeito ao transporte de água por autotanque importa referir que a atividade da AgdA se insere num território que atravessa pelo 7.º ano consecutivo uma seca severa, e em 2019 mais concretamente, os 20 municípios que integram a empresa encontraram-se numa situação de seca severa extrema. Esta situação provocou, por um lado, a redução da disponibilidade das águas subterrâneas, e por outra, a concentração e acumulação de elementos químicos aí presentes, alguns deles prejudiciais à saúde e que fazem parte da monitorização e posterior tratamento das águas que a AgdA realiza.

Dada a fase de desenvolvimento, os anos de 2020 e 2021 são determinantes para esta redução de custo uma vez que está prevista a conclusão de algumas empreitadas que se consideram vitais para a resolução de alguns dos problemas relacionados com questões de escassez hídrica ou de qualidade.

Relativamente ao ajustamento efetuado em 2019, pela comparticipação nos encargos com a manutenção das albufeiras do Monte da Rocha e do Roxo previstos em contrato de captação de água, desde 2010 que a AgdA tem vindo a estimar um valor de 0,016€/m3 captado em albufeira, valor esse que sempre considerou como a melhor estimativa de encargos a suportar. Porém, apenas em 2019 a AgdA teve conhecimento de um estudo, elaborado pela ADISA em parceria com o Instituto Superior de Agronomia de Lisboa que, concretamente analisa os casos das albufeiras abrangidas tendo o documento concluído que o valor suportado pelas entidades gestoras das albufeiras rondaria os 0,0319€/m^3 pelo que se considerou conveniente proceder ao ajustamento da estimativa entre 2010 e 2018. Deste ajustamento resultou um acréscimo do montante reconhecido em 2019 no valor de 0,577 milhões de euros. Aos montantes referidos, o ano de 2019 constitui-se ainda como exceção pelo registo da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja relativo ao pagamento de uma renda pela utilização dos furos da Bica Fria, no período compreendido entre 2010 e 2016, cujo montante ascendeu a 0,203 milhões de euros pelo que na análise do Plano de Redução de Custos importa expurgar no ano de 2019 estes encargos.

Referir que a AgdA cumpre com as orientações definidas em Plano de Redução de Custos.

3.5.2 NOTAS SOBRE AS RÚBRICAS DO PRC

3.5.2.1 CUSTO DAS VENDAS

A rúbrica custo das vendas inclui os gastos com aquisição de água bruta e de reagentes utilizados no processo de tratamento da água para consumo humano e do saneamento de águas residuais.

Prevê-se que para 2021 o custo das vendas aumente comparativamente com os montantes de 2020 uma vez que se prevê o arranque de novas infraestruturas que, com a alteração do processo produtivo levam à necessidade de maior utilização de reagentes. A título de exemplo, no ano de 2020 procedeu-se ao arranque da ETAR de Beja, ETAR de Grândola e ETAR de Montemor-o-Novo cuja solução técnica para o tratamento das águas residuais passa por um processo de tratamento com a utilização de reagentes, o que contrasta com as ETAR desativadas, maioritariamente com processo de tratamento por lagunagem, que não utiliza reagentes químicos. Referir que estas infraestruturas entraram em funcionamento durante o ano de 2020 pelo que este ano não representa um ano completo de encargos. Contribui ainda para o aumento de encargos o arranque da ETAR de São Teotónio que se prevê para janeiro de 2021.

No que concerne com a atividade de abastecimento, importa ainda justificar a variação dos encargos entre 2019 e previsões para os 2020 e 2021. A rúbrica inclui a aquisição de água bruta anteriormente registada em FSE uma vez que se considerava que o custo correspondia à comparticipação nos encargos com a operação e manutenção das albufeiras. Em 2020, na sequência do acordo com a Associação de Regantes de Campilhas e Alto Sado, a empresa passou a custear a aquisição de água pelo que se procedeu à alteração de critério contabilístico registando o valor em CMVMC. Também o arranque da nova ETA da Magra contribui para o aumento do encargo com aquisição de água bruta uma vez que 2020 e 2021 representam 12 meses de aquisição de água bruta à EDIA (em 2019 representou apenas 4 meses por a infraestrutura ter arrancado em setembro de 2019). Por outro lado, a degradação da qualidade de água na albufeira do Enxoé leva a que a AgdA tenha de procurar outras origens para abastecimento às populações servidas pela ETA do Enxoé, pelo que foi necessário adquirir água no canal da EDIA, contribuindo igualmente com um sobrecusto do processo produtivo. Acresce ainda ao acima que, encontrando-se a região a atravessar um longo período de pouca precipitação, com os níveis das albufeiras muito baixos, verificou-se a necessidade de reposição destes níveis tendo sido adquirida água bruta à EDIA, situação que se prevê que venha ainda a ocorrer em 2020 e 2021.

3.5.2.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O quadro seguinte apresenta as maiores rúbricas de fornecimentos e serviços externos da AgdA no ano de 2021 e a sua comparação com os anos de 2019 e estimativa de 2020.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e Serviços Externos	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
(1) Subcontratos	1 361 700	1 372 185	1 193 838	-167 862	-12%	-178 347	-13%
(2) Trabalhos Especializados	4 056 586	3 483 481	3 497 839	-558 747	-14%	14 358	0%
Assistência Técnica	527 815	471 847	498 690	-29 125	-6%	26 843	6%
Análises	455 099	415 410	411 987	-43 111	-9%	-3 423	-1%
Tratamento de Resíduos / Lamas	380 457	563 546	580 210	199 753	53%	16 664	3%
Fee´s de Gestão	337 672	368 394	398 255	60 584	18%	29 861	8%
Conservação e reparação	1 743 599	1 278 960	1 310 158	-433 441	-25%	31 198	2%
Outros Serviços Especializados	611 944	385 324	298 537	-313 407	-51%	-86 787	-23%
(3) Materiais	25 769	39 822	49 076	23 307	90%	9 254	23%
(4) Energia e fluidos	3 194 520	3 298 486	2 981 119	-213 401	-7%	-317 366	-10%
Eletricidade	2 942 026	3 041 545	2 680 441	-261 585	-9%	-361 103	-12%
Combustíveis	208 947	208 473	248 386	39 438	19%	39 913	19%
Outros	43 546	48 468	52 292	8 746	20%	3 824	8%
(5) Deslocações, estadas e transportes	1 105 868	387 896	301 389	-804 479	-73%	-86 507	-22%
(6) Serviços Diversos	621 978	747 810	773 784	151 806	24%	25 974	3%
Rendas e Alugueres	375 118	368 648	414 524	39 407	11%	45 877	12%
Comunicações	48 489	53 919	72 227	23 738	49%	18 308	34%
Seguros	60 635	58 498	60 196	-438	-1%	1 699	3%
Limpeza, Higiene e Conforto	47 420	127 271	110 515	63 096	133%	-16 756	-13%
Outros Serviços Diversos	90 318	139 474	116 321	26 004	29%	-23 153	-17%
(7) Trabalhos para a própria empresa FSE	-444 724	-496 952	-470 797	-26 073	6%	26 155	-5%
(8) Fornecimentos e Serviços Externos (8)= (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)	9 921 697	8 832 728	8 326 248	-1 595 449	-16%	-506 479	-6%

Para análise ao quadro acima importa referir que o valor total de Fornecimentos e Serviços Externos diz respeito ao valor inscrito em demonstração do resultado integral acrescido do efeito da IFRS16, conforme nota justificativa no ponto 2.1.1.

O montante previsto para 2021 na rúbrica de FSE representa uma redução quando comparada com os anos de 2019 e 2020. Conforme anteriormente referido, o ano de 2019 constitui uma exceção na medida em que o montante registado deve ser corrigido de eventos sem repetição nomeadamente no que respeita aos montantes de transporte de

água por autotanque e a correção da especialização de 2010 a 2018 relativa aos gastos com a manutenção das albufeiras e barragens, justificado no ponto 3.5 do presente relatório, cujo montante global ascende a 1,539 milhões de euros.

Expurgado o valor acima referido da rúbrica de FSE, os gastos globais de 2019 atingiriam o valor de 8,383M€, pelo que a análise e comentários abaixo redigidos se irão referir a este montante. Com este valor, o ano de 2021 representará ainda uma redução comparativamente aos anos 2019 e 2020, em resultado de: i) os investimentos efetuados e que se encontram em fase de arranque têm vindo a permitir reduzir alguns encargos, nomeadamente o transporte de água por auto tanque; ii) é prevista a integração na empresa de algumas atividades atualmente subcontratadas, nomeadamente, operação direta de algumas infraestruturas de saneamento, manutenção curativa de algumas infraestruturas, apoio dos sistemas de informação, prevendo-se no entanto que o aumento venha a ocorrer em gastos com o pessoal, permitindo um maior controlo de atividades e maior eficiência operacional tendo em conta os objetivos preconizados; iii) pela redução do custo energético para 2021, que se estimou em 11%, em resultado de melhores condições de tarifas energéticas na sequência do concurso publico efetuado em março de 2020 permitindo contratualizar em baixa as tarifas para 2020 e 2021.

Conforme anteriormente referido, as previsões para 2021 representam uma redução nas componentes de subcontratos, transporte de mercadorias, energia e outros serviços especializados. A redução prevista em subcontratos (outsourcing) está, conforme referido, relacionado com a integração de algumas atividades na empresa, nomeadamente pela operação direta de algumas infraestruturas de saneamento bem como pela conclusão de alguns investimentos uma vez que passará a ser possível ligar aos sistemas principais alguns sistemas de abastecimento de água até então autónomos, concretamente nos municípios de Santiago do Cacém e Odemira, tornando prescindível o *outsourcing* atual.

No que diz respeito à redução prevista na componente de transporte de mercadoria importa destacar que, com os investimentos concluídos em 2020, passou a ser possível garantir através do sistema principal o abastecimento de água em qualidade de quantidade a alguns aglomerados populacionais que até então, em situação de risco, eram abastecidos com recurso a transporte de água por autotanque por se tratarem de sistemas autónomos e com origens de águas pouco fiáveis. Prevê-se ainda a continuidade desta tendência, tendo sido identificadas as situações de maior risco para que num futuro próximo sejam também ligadas ao sistema principal nomeadamente com a conclusão da empreitada de Adução Eixos Almodôvar-Mértola Sudoeste, Eixos Secundários e Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé e Adução Zona Mértola Noroeste.

Em sentido inverso verificam-se aumentos mais significativos nas rúbricas de tratamento de resíduos, combustíveis e rendas e alugueres de viaturas. Conforme anteriormente referido a AgdA encontra-se a concluir investimentos em infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais que, em detrimento da melhoria de qualidade de serviço público prestado, em termos de qualidade e fiabilidade de serviço, o arranque destas infraestruturas resultará num aumento dos gastos pese embora estes sejam ainda acompanhados do aumento do volume de negócios uma vez que a empresa passará ainda a praticar tarifa nas referidas infraestruturas de saneamento de águas residuais. Relativamente aos encargos com viaturas, uma vez que se prevê a integração de algumas atividades atualmente subcontratadas, será necessário constituir novas equipas operacionais e de manutenção, pelo que haverá necessidade de contratar mais viaturas e adquirir mais combustível.

3.5.2.3 DESLOCAÇÕES, AJUDAS DE CUSTO, ALOJAMENTO E ENCARGOS COM VIATURAS

O quadro seguinte apresenta os gastos com Deslocações, Ajudas de Custo, Alojamento e Encargos com Viaturas estimados pela AgdA para o ano de 2021 e a sua comparação com o ano de 2019 e estimativa para 2020.

Deslocações , ajudas de custo, alojamento e encargos com viaturas (euros)	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Deslocações, ajudas de custo, alojamento e encargos com viaturas (euros)	507 316	478 452	559 468	52 152	10,28%	81 016	16,93%

A variação da rúbrica está relacionada com o aumento do número de viaturas e consequente aumento de gastos com o aluguer operacional, combustíveis, seguros e outros.

Conforme anteriormente referido, em 2021 a empresa pretende integrar algumas atividades atualmente subcontratadas, nomeadamente com a operação e manutenção direta de algumas infraestruturas de saneamento, a manutenção preventiva de algumas infraestruturas de abastecimento, a prestação de serviços de apoio aos sistemas de informação, pelo que será necessário constituir novas equipas operacionais e de manutenção. Para o efeito será necessário contratar 10 novas viaturas operacionais incorrendo nos respetivos encargos. É de relevar que a estratégia adotada permitirá a empresa reduzir outros encargos registados em prestação de serviços com evidente aumento da eficiência operacional e mitigando o risco de perda de atividade mantendo sob a sua gestão e coordenação direta o conhecimento e atividades essenciais para a prossecução do serviço prestado. Referir ainda que pese embora o aumento verificado na rúbrica, a empresa manterá o crescimento do EBIT bem como a redução do Rácio GO/VN.

Neste contexto será necessário a empresa obter a aprovação expressa para a contratação de 10 viaturas operacionais bem como para os respetivos encargos.

Importa ainda referir que pese embora o aumento do encargo global previsto, a empresa manterá uma política de ajustamento dos seus encargos pelo que prevê um encargo unitário por viatura inferior aos anos anteriores, conforme se poderá verificar no quadro seguinte:

Frota Automóvel Global	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Gastos com a Frota Automóvel [1]	491 096	454 486	531 472	40 376	8,22%	76 986	16,94%
Numero Total de Viaturas	58	58	68	10	17,24%	10	17,24%
Custo Médio por Viatura	8 467	7 836	7 816	-651	-7,69%	-20	-0,26%

[1] Não foram incluídos os gastos com combustíveis utilizados em geradores e roçadoras

3.5.2.4 CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA

O quadro seguinte apresenta os gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria estimado pela AgdA para o ano de 2021 e a sua comparação com o ano de 2019 e estimativa para 2020.

Gastos com contratações de Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria (valor)	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Gastos com contratações de Estudos, Pareceres e Projetos de Consultoria (valor)	7 975	7 911	7 536	-439	-6%	-374	-5%

Com o Orçamento Previsional apresentado, **será cumprido** o gasto com a contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria uma vez que o valor previsto será inferior aos anos anteriores.

3.5.2.5 VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios resulta da aplicação de uma tarifa definida para os anos de 2021 a 2023, aprovada pelos Parceiros e pela Comissão de Parceria, conforme Contrato de Gestão e respetivo Aditamento. A tarifa compreende uma componente fixa, aplicada em função da População Potencialmente Servida e Alojamentos Potencialmente Servidos, visando tendencialmente o ressarcimento de todos os custos fixos da empresa, e uma componente variável aplicada aos volumes efetivamente fornecidos / tratados. Referir ainda que a atualização da tarifa é sujeita a parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. (ERSAR).

A quantidade de água fornecida e tratada depende de fatores de procura, externos à empresa. Estima-se que no ano de 2020 se venha a verificar um ligeiro aumento da procura de água por parte dos consumidores justificado essencialmente pelo facto de a região em que a AgdA exerce a sua atividade estar a atravessar, pelo 7º ano consecutivo, um período de seca extrema que com a fraca precipitação, o aumento das temperaturas e a continuidade destas durante mais dias, levam ao aumento da procura de água por parte dos clientes.

Para 2021 foi prevista uma ligeira redução dos volumes verificados em 2019 e previstos para 2020 na medida em que se vão adotando políticas de racionalização e utilização da água tratada bem como a realização de investimentos em baixa por parte das entidades gestoras em "Baixa".

Referir ainda que a previsão para 2022 e 2023 dizem respeito aos volumes previstos em EVEF de 2015 que suporta os contratos de parceria e de gestão, atualmente em revisão. Considera-se no entanto que os volumes fornecidos em previsão serão abaixo dos verificados em anos transatos e no próprio exercício orçamental de 2021 derivado do aumento de procura pelo facto da região se encontrar em situação de seca pelo 7º ano consecutivo, situação que se prevê vir a ser atenuada no futuro próximo. Acresce ainda os investimentos em curso por entidades gestoras em baixa que permitirão reduzir perdas na adução e consequentemente diminuir a procura, não influenciando no entanto a sustentabilidade económica e financeira da empresa conforme se poderá evidenciar nos quadros acima.

No que diz respeito à atividade de saneamento importa referir que apenas a partir de 2016 a AgdA pratica a tarifa de saneamento para as infraestruturas construídas, remodeladas, e que não necessitem de investimento, sendo que as restantes infraestruturas, que serão alvo de investimento por parte da empresa, será efetuada a refaturação dos gastos com a atividade operacional, sendo estes registados na rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais.

Importa referir que a variação positiva que se verifica está relacionada com a conclusão de investimentos programados e consequentemente com o início da atividade operacional dessas infraestruturas levando a que se comece a praticar a tarifa prevista, tendo-se iniciado a faturação em 2020 para as ETAR de Alcáçovas Norte, ETAR de Grândola, ETAR de Beja, ETAR de Montemor-o-Novo. Para 2021 prevê-se o arranque da ETAR de São Teotónio e consequentemente o início da faturação pela respetiva tarifa.

Decomposição Volume de Negócios (*) Unidade: euros		Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
Vendas (1) Abastecimento						
Volume faturado	m3	19 418 095	19 471 633	19 125 053	17 879 458	17 687 832
V. unitário/tarifa média (*)	€/m3	0,58	0,60	0,65	0,72	0,74
Sub-total abastecimento	€	11 291 434	11 727 604	12 347 051	12 957 745	13 124 547
Outras rúbricas abastecimento	€	0	0	0	0	0
Total Abastecimento	€	11 291 434	11 727 604	12 347 051	12 957 745	13 124 547
Prestação de Serviços (2) Saneamento						
Volume faturado	m3	5 754 600	6 900 663	7 526 837	11 768 904	11 562 675
V. unitário/tarifa média (*)	€/m3	0,65	0,67	0,71	0,70	0,72
Sub-total saneamento	€	3 716 204	4 645 075	5 353 192	8 202 340	8 270 873
Outras rúbricas saneamento	€	0	0	0	0	0
Total Saneamento	€	3 716 204	4 645 075	5 353 192	8 202 340	8 270 873

(3) Volume de Negócios (3)=(1)+(2)	15 007 638	16 372 679	17 700 243	21 160 086	21 395 419

(*) A tarifa é composta por componente fixa e componente variável pelo que os dados apresentados correspondem à tarifa média

No que respeita às previsões para 2022 e 2023 os valores dizem respeito aos previstos em EVEF que sustentam os atuais contratos de parceria e de gestão e respetivos aditamentos.

3.5.2.6 FROTA AUTOMÓVEL

Para análise da rúbrica foram considerados todos os gastos com frota automóvel, designadamente, Conservação e Reparação, Combustíveis, Estacionamento, Portagens, Aluguer Operacional de Viaturas e Seguro, podendo este ser individualizado pelo módulo analítico do sistema SAP. De referir que toda a frota da empresa se encontra contratada em regime de aluguer operacional não havendo qualquer viatura automóvel registada em Ativo. Deste facto todos os gastos são registados em Fornecimentos e Serviços externos não havendo lugar a amortizações, sem prejuízo da correção contabilística efetuada por aplicação da IFRS 16.

A AgdA dispõe de uma frota automóvel essencialmente operacional, conforme se pode observar no quadro abaixo, sendo estas viaturas utilizadas exclusivamente para fins profissionais numa região com sistemas muito dispersos. Reitera-se que o sistema da AgdA abrange 17% do território continental.

O quadro seguinte apresenta a previsão da estrutura da Frota Automóvel nomeadamente no que diz respeito aos gastos e número de viaturas da AgdA para o ano de 2021 e a sua comparação com os anos de 2019 e estimativa para 2020 e apresentados em cumprimento de obrigações legais no Relatório e Contas de 2019.

Frota Automóvel Global	Real	Estimativa	Orçamento	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2019	2020	2021	Valor	%	Valor	%
Gastos com a Frota Automóvel [1]	491 096	454 486	531 472	40 376	8,22%	76 986	16,94%
Numero Total de Viaturas	58	58	68	10	17,24%	10	17,24%
Custo Médio por Viatura	8 467	7 836	7 816	-651	-7,69%	-20	-0,26%

[1] Não foram incluídos os gastos com combustíveis utilizados em geradores e roçadoras

Em 2021 a empresa pretende integrar algumas atividades atualmente subcontratadas, nomeadamente com a operação e manutenção direta de algumas infraestruturas de saneamento, a manutenção preventiva de algumas infraestruturas de abastecimento, a prestação de serviços de apoio aos sistemas de informação, pelo que será necessário constituir novas equipas operacionais e de manutenção. Para o efeito será necessário a empresa contratar 10 novas viaturas operacionais incorrendo nos respetivos encargos. É de relevar que a estratégia adotada permitirá a empresa reduzir outros encargos registados em prestação de serviços com evidente aumento da eficiência operacional e mitigando o risco de perda de atividade mantendo sob a sua gestão e coordenação direta o conhecimento e atividades essenciais para a prossecução do serviço prestado. Referir ainda que pese embora o aumento verificado na rúbrica, a empresa manterá o crescimento do EBIT bem como a redução do Rácio GO/VN.

Neste contexto será necessário a empresa obter a aprovação expressa para a contratação de 10 viaturas operacionais bem como para os respetivos encargos.

Importa ainda referir que pese embora o aumento do encargo global previsto, a empresa manterá uma política de ajustamento dos seus encargos pelo que prevê um encargo unitário por viatura inferior aos anos anteriores, conforme se poderá concluir no quadro anterior.

3.5.2.7 AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

No decurso do ano de 2021 a AgdA deverá ainda proceder à substituição de 8 viaturas da sua frota operacional, 3 viatura com uso pessoal e 5 viaturas exclusivamente operacionais cujos contratos de AOV terminaram em 2020 ou que terminam ao longo do ano de 2021, os quais são imprescindíveis à sua atividade, e cujos custos se encontram previstos no respetivo plano de atividade e orçamento pelo que será necessário proceder à sua contratação solicitando-se autorização para a referida substituição.

Acresce ao acima referido que será ainda necessário proceder à aquisição de 10 novas viaturas operacionais para garantia da atividade operacional, conforme justificado no ponto 3.5.2.6.

3.6 REDUÇÃO DO VOLUME DOS "PAGAMENTOS EM ATRASO" *(ARREARS)*

No quadro seguinte apresenta-se o prazo médio de pagamento e as dívidas a fornecedores da AgdA, estimado para o ano de 2021, no âmbito do Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, atualizada pelo Despacho n.º 9870/2009.

Prazo médio de pagamento	Real	Estimativa	Orçamento				Orçamento
Unidade: Dias	2019	2020	1.ºT 2021	2.ºT 2021	3.ºT 2021	4.ºT 2021	2021
Gastos (CMVMC + FSE + Outros) (Euros)	10 731 651	9 754 728	2 188 090	2 408 940	2 520 233	2 172 865	9 290 128
Dívida a Fornecedores Correntes (Euros)	2 727 963	2 102 079	1 815 983	1 862 081	1 779 133	1 672 942	1 782 535
PMP	93	79	76	71	64	70	70

A AgdA não prevê a existência de pagamentos em atraso e apresenta prazos médios de pagamento adequados e resultantes dos prazos de pagamento acordados com os seus fornecedores.

Em orçamento para 2021 verifica-se uma recuperação do prazo médio de pagamento em 7 dias face ao previsto para 2020 e de 21 dias comparativamente com 2019 verificando-se uma tendência de redução do prazo de pagamento a fornecedores.

3.7 MINIMIZAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DOS ENCARGOS FINANCEIROS ASSOCIADOS

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* do Grupo. A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado, através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros. Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as caraterísticas de longo prazo dos ativos (operacionais) tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI (Banco Europeu de Investimento).

Taxa Média de Financiamento	Real	Estimativa	Orçamento
Unidade: Percentagem	2019	2020	2021
1. Encargos financiamento	952 634	858 793	825 217
2. Endividamento	55 090 636	52 389 957	56 172 195
Taxa Média de Financiamento (1/2)	1,73%	1,64%	1,47%

Para o cálculo do indicador foram considerados os juros suportados e previstos suportar com os empréstimos obtidos. A taxa média de financiamento tem vindo a reduzir comparativamente com período homólogos, situação que se prevê manter a tendência para 2021. De referir que a AgdA contratualizou, em setembro de 2020, um financiamento junto do Banco Europeu do Investimento, em substituição de 20 milhões de euros da linha de suprimentos contratualizada com AdP SGPS, S.A., permitindo reduzir significativamente o custo de financiamento, prevendo-se ainda que em 2021 venha a ser celebrado novo contrato com o BEI para mais 20 milhões de euros em substituição do financiamento de curto prazo.

3.8 ENDIVIDAMENTO

O quadro seguinte contempla a variação do Endividamento previsto pela AgdA para o ano de 2021.

Variação do Endividamento Unidade M€	Orçamento 2021	Estimativa 2020	Variação O2021/E2020
(1) Financiamento Remunerado	56,172	52,390	3,782
(2) Capital Social	9,988	9,053	0,935
(3) Novos Investimentos	15,360		15,360
(4) Subsidio dos Novos Investimentos	6,800		6,800
(5) Variação do Endividamento = [Variação (1)+Variação (2)-(3)2021+(4)2021]/[(1)2020+(2)2020]			-6,11%

* Foram considerados como novos investimentos os investimentos a iniciar em 2021, conforme capítulo 1.3, e valor total superior a 10% do orçamento da empresa para o ano de 2021, ou seja, investimentos superiores a 3,682 milhões de euros, conforme nota 1.4.

Para 2020 a AgdA prevê que a execução do investimento programado seja financiada essencialmente através de fundos comunitários já contratados com o POSEUR em 85% bem como pelo aumento de capital social em 0,935 milhões de euros a realizar em 2021.

Relativamente ao indicador de variação de investimento, foi considerado no ponto 3 o valor dos novos investimentos, designadamente a Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé (8 milhões de euros) e ETA de S. Teotónio (Odemira) e Adução a Odemira e Zambujeira do Mar (7,360 milhões de euros) deduzidos dos apoios comunitários a fundo perdido já aprovados, nomeadamente no que diz respeito à Remodelação e Ampliação da ETA do Enxoé que dispõe de contrato de financiamento com o POSEUR de 85%.

Referir ainda que a empresa irá realizar outros investimentos, devidamente detalhados nos quadros acima e que totalizam o montante de 23,658 milhões de euros porém, não são considerados no cálculo acima por não serem caracterizados por Novos Investimentos, contribuindo no entanto para a variação das necessidades de financiamento.

O Conselho de Administração da AgdA irá propor à Assembleia-Geral a validação das responsabilidades totais da empresa, no âmbito do SPPIAAlentejo para o ano de 2021, relativamente a contratos de financiamento estimados em 60 milhões de euros, e que autorize uma utilização máxima estimada de 57,378 milhões de euros, que corresponde ao valor mensal de endividamento mais elevado ao longo do ano de 2021, apesar da previsão de fecho se situar em 56,172 milhões de euros como consta do quadro anterior.

Apesar da indicação do endividamento financeiro total (bruto) estimado para o ano de 2021 importa ter presente que a AdP SGPS, S.A. tem solicitado, nos últimos anos, à Secretaria de Estado do Tesouro, a dispensa parcial do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, tendo como base de fundamentação a necessidade de algumas Empresas do Grupo Águas de Portugal terem de recorrer a linhas de financiamento de curto, médio e longo prazo.

Desta forma o pressuposto subjacente ao presente plano de atividades e orçamento assenta no princípio que em 2021 o regime de exceção será solicitado pela AdP SGPS, SA, e que merecerá acolhimento pelo titular da função acionista.

3.9 RECURSOS HUMANOS

3.9.1 EVOLUÇÃO DOS GASTOS E EFETIVO DE RH

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos gastos e números de colaboradores estimado para os anos de 2020 e 2021.

Gastos com Pessoal	Orçamento	Estimativa	Real	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
Gastos totais com Pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)	3 868 983	3 241 768	2 876 016	365 752	13%	627 215	19%
(a) Gastos com Órgãos sociais	356 136	267 482	286 123	70 013	24%	88 654	33%
(b) Gastos com Cargos de Direção	291 052	269 805	295 713	-4 661	-2%	21 247	8%
(c) Remunerações do pessoal (i)+(ii)+(iii)	2 554 976	2 116 712	1 832 876	722 100	39%	438 264	21%
(i) vencimento base + Subs. Férias + Subs. Natal	2 030 567	1 675 015	1 471 606	558 961	38%	355 552	21%
(ii) Outros subsídios	355 810	300 430	222 815	132 995	60%	55 380	18%
(iii) valorizações remuneratórias	168 599	141 267	138 455	30 144	22%	27 332	19%
(d) Benefícios pós emprego	0	0	0	0	0%	0	0%
(e) Ajudas de custo	4 364	4 386	3 386	978	29%	-22	-1%
(f) Restantes encargos	662 454	583 383	457 918	204 536	45%	79 071	14%
(g) Rescisões / Indeminizações	0	0	0	0	0%	0	0%
Gastos Totais com Pessoal (2) = (1) sem impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	4 037 582	3 383 035	3 014 471	1 023 111	34%	654 547	19%
Designação	Orçamento	Estimativa	Real	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: N.º Trabalhadores	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	171	149	140	31	6%	22	15%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	9	9	9	0	0%	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	6	6	6	0	0%	0	0%
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	156	134	125	31	25%	22	16%
Gastos com Dirigentes / Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(g))]	8%	8%	10%				

Capitalização com Pessoal sem capitalização de gastos	Orçamento	Orçamento	Real	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
Unidade: euros	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
Gastos totais com Pessoal	3 868 983	3 241 768	2 876 016	992 967	35%	627 215	19%
Capitalização de gastos com Pessoal	294 756	273 441	288 046	6 710	2%	21 315	8%
Gastos totais com Pessoal sem Capitalizações	4 163 739	3 515 209	3 164 062	351 147	32%	648 530	18%

3.9.2 AUMENTO DO NÚMERO TOTAL DE RECURSOS HUMANOS

Em 2021 foi previsto um acréscimo de efetivos justificado pela contratação de 22 novos trabalhadores justificado pela entrada em funcionamento de novas instalações já construídas e reabilitadas bem como das que se encontram a entrar em funcionamento em 2020/21.

Conforme amplamente abordado ao longo do documento PAO 2021, a AgdA pretende integrar algumas atividades atualmente em subcontratação e registadas em FSE, nomeadamente com a operação e manutenção de algumas infraestruturas de saneamento, a manutenção curativa algumas infraestruturas de abastecimento bem como a prestação de serviços de apoio aos sistemas de informação.

A integração destas atividades permitirá melhorar os níveis de eficiência das infraestruturas, aumentar o conhecimento interno de atividades essenciais, reduzir os níveis de dependência externa e melhorar os rácios económicos uma vez que permitirá ainda reduzir o rácio de GO/VN.

Importa ainda referir que atualmente a empresa está excessivamente dependente de prestadores de serviços e que com estas contratações será possível uma gradual transmissão de conhecimento para a empresa mitigando o risco de perda de atividade.

Efetivo Unidade: nº de colaboradores	Real 2018	Real 2019			Estimativa 2020			Orçamento 2021		
		Movimento		Posição fim ano	Movimento		Posição fim ano	Movimento		Posição fim ano
		Saída	Entrada		Saída	Entrada		Saída	Entrada	
Total (OS+Colaboradores)	134	13	19	140	7	16	149	0	22	171
Órgãos Sociais	*9*	*1*	*1*	*9*	*0*	*0*	*9*	*0*	*0*	*9*
Adm. executivos	3	1	0	2	0	0	2	0	0	2
Adm. não executivos	2	0	1	3	0	0	3	0	0	3
ROC/FU	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1
CF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mesa AG	3	0	0	3	0	0	3	0	0	3
Colaboradores	*125*	*12*	*18*	*131*	*7*	*16*	*140*	*0*	*22*	*162*
No ativo	123	12	18	129	6	16	139	0	22	161
No ativo, cedidos de outras empresas do Grupo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em baixa prolongada (superior a 1 mês)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em regime de requisição, a gerar gastos	2	0	0	2	1	0	1	0	0	1

De referir que os pedidos de recrutamento apresentados encontram-se suportados no Orçamento de 2021 e no EVEF em revisão e que apesar de contribuir para o aumento de gastos, contribuirão igualmente para o crescimento do volume de negócios e para um crescimento do EBITDA. É ainda de referir que apenas com a execução do investimento programado e com a entrada em funcionamento de novas infraestruturas será possível aumentar o volume de negócios e o EBITDA, conforme anteriormente referido.

Para efeito, solicita-se aprovação expressa para as seguintes 22 novas contratações:

i. Contratação de um Técnico Superior de Operação (Planeamento e Controlo);

A função terá como objetivo a compilação técnica de informação dos sistemas operativos, emitir pareceres técnicos, elaborar relatórios relativos a questões relacionadas com as vertentes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e análise de indicadores da atividade. Terá ainda a responsabilidade por apresentar sugestões de melhoria, numa perspetiva de otimização de processos, a participação na elaboração de peças de procedimentos relativas a necessidades transversais aos diversos Sistemas.

Para o efeito será necessário reforçar a equipa de planeamento e controlo da Direção de Operação com o objetivo de melhorar o acompanhamento dos processos transversais a todos os Sistemas em ambas as vertentes da atividade da Empresa.

ii. Contratação de um Técnico de Operação (Central de Despacho)

A função terá como responsabilidade a implementação, parametrização, operação e manutenção dos sistemas de supervisão/telegestão. Deverá realizar a parametrização dos sistemas de telealarme e auxiliar no diagnóstico de eventuais anomalias. É ainda responsabilidade da função a apresentação de propostas de melhoria à funcionalidade dos sistemas tendo como objetivo uma melhoria na utilização dos recursos disponíveis.

Para o efeito será necessário reforçar a capacidade técnica da área de central de despacho com a contratação de um técnico que integrando a Direção de Operação potenciará o aumento da capacidade de resposta da equipa antecipando eventuais anomalias. Com o desenvolvimento de novos sistemas de telegestão/supervisão, no âmbito das empreitadas, e respetiva centralização na ETA da Magra, que agregará todos os sistemas de infraestruturas do SPPIAAlentejo, justifica-se ainda a necessidade de aumentar os recursos humanos afetos à área em questão.

iii. Contratação de um Coordenador de Centro Operacional (CO Este)

Tendo em consideração a dispersão geográfica da empresa, houve necessidade de revisão da atual estrutura operacional criando um novo Centro Operacional. Com a alteração a implementar, pretende-se conferir maior robustez à equipa, dotando-a de uma melhor capacidade para acompanhamento da respetiva área de intervenção. A função em tem como principais responsabilidades a coordenação técnica do Centro Operacional, garantindo a execução do planeamento das atividades correntes dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento. Deverá ainda assegurar o acompanhamento de intervenções que ocorram em infraestruturas em funcionamento. Cumprir todos os procedimentos e demais documentação interna, nomeadamente as definidas no âmbito da Qualidade, Segurança e Ambiente. Emitir pareceres técnicos.

iv. Contratação de um Técnico Superior de Sistemas de Abastecimento e de Saneamento de Águas Residuais (CO Sul)

A contratação surge pela necessidade de reforçar o suporte técnico do Centro Operacional Sul, situação que irá possibilitar a não acumulação de funções por parte do respetivo coordenador permitindo-lhe dispor de tempo para avaliar e acompanhar intervenções que ocorram nas infraestruturas dos sistemas abrangidos. Com a alteração a implementar pretende-se conferir maior robustez à equipa do centro operacional, dotando-a de uma maior capacidade de resposta, e de uma possibilidade de acompanhamento mais eficaz da respetiva área de intervenção.

A função terá como responsabilidade apoiar o planeamento e o controlo da operação dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, otimizando e propondo melhorias de eficiência nas atividades de operação das infraestruturas, controlo e monitorização. Deverá ainda assegurar a gestão diária das rotinas da equipa operacional.

v. Contratação de quatro Técnicos Operativos de Sistemas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (Saneamento)

Tendo em consideração que para 2021 a empresa prevê integrar atividades subcontratadas em regime de *outsourcing*, nomeadamente com a operação e manutenção direta de 24 infraestruturas de saneamento será necessário reforçar a equipa de técnicos operativos dos sistemas.

A função terá como principais responsabilidades a execução de tarefas de operação, manutenção de 1.º nível, inspeção e conservação dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de saneamento de águas residuais, bem como todas as operações que garantam o bom funcionamento e controlo dos sistemas.

vi. Contratação de um Técnico de Logística (Planeamento, Logística e Equipamentos)

A necessidade de contratação surge no sentido de reforçar a função Manutenção, adequando a estrutura existente, implementando funções de suporte de forma a garantir melhorias significativas de organização sendo demonstrado quanto aos resultados, ao nível de KPI's de manutenção.

A função terá como responsabilidades o planeamento e organização dos meios materiais e logísticos para a execução de intervenções de manutenção, nomeadamente aquisição de materiais, controlo de *stock*, transferências entre armazéns e aquisição de serviços. Gere a informação e histórico sobre instalações e equipamentos, garantindo a manutenção da informação de forma síncrona com a gestão de ativos. Propõe melhorias e formações que considere adequadas à implementação e garantia da função.

vii. Contratação de um Técnico Superior de Instrumentação / Automação (Planeamento e apoio técnico)

A necessidade de contratação surge para reforço da capacidade técnica da equipa de suporte às equipas de terreno, robustecendo funções de suporte de forma a garantir melhorias significativas de organização sendo demonstrado quanto aos resultados, ao nível de KPI's de manutenção. A função terá como responsabilidades a manutenção de sistemas de supervisão, automação e instrumentação. Deverá atuar como função de suporte técnico, planeando e supervisionando as equipas de terreno e prestações de serviços, prestando apoio técnico ao terreno, garantindo o cumprimento de procedimentos e metodologias normalizadas. Terá ainda como responsabilidade a identificação de soluções técnicas robustas, propondo melhorias e garantindo a manutenção da fiabilidade dos sistemas existentes e a resiliência das instalações. Deverá propor ações de formação que considere adequadas à melhoria da performance técnica e operacional da equipa.

viii. Contratação de um Técnico de Manutenção (Equipa Sul)

A necessidade de contratação surge para reforço da capacidade técnica local, de forma a garantir o seguimento no local, robustecendo a capacidade de resposta e melhorias ao nível de execução e modo de trabalho sendo demonstrado quanto aos resultados, ao nível de KPI's de manutenção, nomeadamente rácio entre intervenções de índole preventiva e corretivas e também quanto à reincidência de intervenção.

A função terá como responsabilidades a execução e supervisão no terreno das equipas internas e de prestações de serviços, garantindo a manutenção de instalações e equipamentos e operacionalidade de sistemas em consonância com os colegas das outras Direções, considerando metodologias e procedimentos técnicos ao nível de manutenção preventiva e corretiva, que salvaguardem a segurança dos colaboradores e a fiabilidade das intervenções. A função deverá ainda propor melhorias e ações de formação que considere adequadas à melhoria da performance técnica e operacional da equipa.

ix. Contratação de oito Técnicos Operativos de Manutenção (2 Equipa Sul. 2 Equipa Este, 2 Equipa Noroeste e 2 Equipa Centro)

As necessidades contratação surgem no sentido de reforçar a capacidade técnica local, de forma a garantir o seguimento no local, robustecendo a capacidade de resposta e melhorias ao nível de execução e modo de trabalho sendo demonstrado quanto aos resultados, ao nível de KPI's de manutenção, nomeadamente rácio entre intervenções de índole preventiva e corretiva e também quanto à reincidência de intervenções tendo em vista a integração na empresa de atividades atualmente subcontratadas.

As funções têm como responsabilidade a execução de intervenções de manutenção eletromecânica, eletrónica e hidráulica, de acordo com indicações do responsável hierárquico, salvaguardando a sua segurança e dos colegas, garantindo a execução de forma eficiente e fiável alinhada com as regras técnicas, procedimentos e metodologias em vigor.

x. Contratação de um Técnicos Superior de Sustentabilidade Empresarial (Sustentabilidade Empresarial)

Em paralelo com o desenvolvimento das atuais atividades, com o arranque de novas infraestruturas e integração de atividades atualmente em regime de *outsourcing*, a empresa encontra-se em fase de desenvolvimento e certificação de processos e procedimentos internos no âmbito das certificações em qualidade, ambiente e segurança, bem como a obtenção de certificação na norma 50001. Importa ainda garantir o cumprimento de normas, apuramento e análise de indicadores de sustentabilidade e o reporte de informação às demais entidades, nomeadamente acionistas, entidade reguladora, entre outros.

Para o efeito será necessário contratar um técnico superior de sustentabilidade empresarial que terá como responsabilidades apoiar as ações necessárias ao processo de certificação da empresa e a implementação de melhorias contínuas aos processos. Terá ainda como responsabilidades o apoio técnico nas atividades de segurança e saúde no trabalho, desenvolvendo atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais

xi. Contratação de um Técnicos Superior de Recursos Humanos (Recursos Humanos)

A necessidade surge para reforço da equipa de recursos humanos para garantia de todas as atividades inerentes ao acompanhamento de trabalhadores no exercício das suas funções e em alinhamento com o Acordo Coletivo de Trabalho tendo em vista a adequação ao quadro de pessoal previsto para 2021. A função tem como responsabilidades a introdução no Sistema a informação necessária ao processamento dos vencimentos dos trabalhadores, o tratamento da informação resultante do Sistema de Gestão de Tempos; execução de atividades necessárias tendo em vista a seleção e recrutamento de trabalhadores, execução de atividades inerentes ao cumprimento das determinações legais relativas à Medicina do Trabalho, elaborar e gerir o plano de formação da empresa tendo em vista a adequação ao plano de desenvolvimento individual de cada trabalhador, participar na definição e avaliação de objetivos setoriais, desenvolver e acompanhar o procedimento de avaliação de desempenho, promover e dinamizar ações de motivação/colaboração entre trabalhadores, garantir o desenvolvimento e implementação de regulamentos corporativos e responder a inquéritos no âmbito dos recursos humanos

xii. Contratação de um Técnicos Superior de Sistemas de Tecnologia e Informação (STI)

A necessidade surge para integração de uma função subcontratada em prestação de serviços. Os sistemas de informação compreendem a gestão de um vasto conjunto de utilizadores com *laptops* e *desktops*, de sistemas de comunicações entre infraestruturas com circuitos dedicados, sistemas de comunicações de voz e dados, móveis e fixos, servidores de dados, *software* e *firewall*, equipamentos multifunções para digitalização e impressão, entre outros. Atualmente a função é exclusivamente executada em regime de prestação de serviços pelo que tendo em consideração que os Sistemas de Informação suportam todas a atividade da empresa, é importante promover a sua integração na empresa potenciando ainda uma redução do encargo mensal suportado.

A função tem como principais responsabilidades a gestão e manutenção do parque informático, instalação e atualização de *software* nos utilizadores e servidores, *backups* aos servidores, gestão e manutenção de redes de comunicação e outros serviços no âmbito de sistemas de tecnologia e informação.

A AgdA declara que se encontra em condições de proceder ao recrutamento dos **novos trabalhadores** necessários, já que os encargos decorrentes do recrutamento estão incluídos na presente proposta de PAO. Os respetivos impactos no triénio estão quantificados no quadro abaixo:

Admissão de colaboradores - Impacto nos Gastos com o Pessoal								Autorização para o recrutamento		
Admissão colaboradores	Função	Área	Tipo de Admissão	Ano admissão	ORÇ2021	2022	2023	Sim/Não	Gastos Previstos PAO	Despacho de autorização/Observações
Colaborador 1	Técnico Superior	DOP_Planeamento e Controlo	Aumento de 2021	2021	5 620	21 300	21 300	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 2	Técnico	DOP_Central Despacho	Aumento de 2021	2021	6 690	19 021	19 021	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 3	Coordenador	DOP_CO Este	Aumento de 2021	2021	19 762	41 867	41 867	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 4	Técnico Superior	DOP_Área de Gestão Monte da Rocha	Aumento de 2021	2021	11 934	21 300	21 300	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 5	Técnico Operativo	DOP_Área de Gestão Magra	Aumento de 2021	2021	14 120	19 094	19 094	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 6	Técnico Operativo	DOP_Área de Gestão Monte da Rocha	Aumento de 2021	2021	14 120	19 094	19 094	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 7	Técnico Operativo	DOP_Área de Gestão Bica Fria/Minutos	Aumento de 2021	2021	17 344	23 476	23 476	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 8	Técnico Operativo	DOP_Área de Gestão Santa Clara	Aumento de 2021	2021	14 120	19 094	19 094	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 9	Técnico	MAN_Planeamento e Logistica	Aumento de 2021	2021	10 767	22 585	22 585	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 10	Técnico Superior	MAN_Apoio Tecnico	Aumento de 2021	2021	11 842	24 864	24 864	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 11	Técnico	MAN_Equipa Sul	Aumento de 2021	2021	10 284	18 203	18 203	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 12	TO Manutenção	MAN_Equipa Noroeste	Aumento de 2021	2021	14 677	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 13	TO Manutenção	MAN_Equipa Noroeste	Aumento de 2021	2021	11 237	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 14	TO Manutenção	MAN_Equipa Este	Aumento de 2021	2021	14 677	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 15	TO Manutenção	MAN_Equipa Este	Aumento de 2021	2021	11 237	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 16	TO Manutenção	MAN_Equipa Centro	Aumento de 2021	2021	14 677	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 17	TO Manutenção	MAN_Equipa Centro	Aumento de 2021	2021	11 237	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 18	TO Manutenção	MAN_Equipa Sul	Aumento de 2021	2021	14 677	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 19	TO Manutenção	MAN_Equipa Sul	Aumento de 2021	2021	11 237	19 836	19 836	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 20	Técnico Superior	Sustentabilidade Empresarial	Aumento de 2021	2021	7 939	30 082	30 082	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 21	Técnico Superior	Recursos Humanos	Aumento de 2021	2021	7 493	21 300	21 300	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Colaborador 22	Técnico Superior	Sistemas de Tecnologia e Informação	Aumento de 2021	2021	5 620	21 300	21 300	Sim	PAO 2021	Aprovação em PAO 2021
Total					261 310	481 269	481 269			

O aumento verificado em gastos com pessoal resulta da previsão de aumento do número médio de colaboradores comparativamente com exercícios anteriores, aprovado nos respetivos Planos de Atividades e Orçamentos e de novas contratações para 2021 justificadas no número anterior e relacionadas com o arranque de novas infraestruturas e sem a qual não será possível garantir o arranque das mesmas, bem como a integração de atividades essenciais atualmente em regime de prestação de serviços.

Acresce referir que, com a entrada em vigor do Acordo Coletivo de Trabalho, se verifica um aumento dos gastos com o pessoal, já refletido em 2018, 2019 e 2020 cujos impactos se manterão nos anos subsequentes conforme se poderá observar no quadro abaixo. De evidenciar ainda que na análise é expurgado o valor do absentismo verificado em 2019 e 2020 na medida em que contribui igualmente para a variação dos gastos com o pessoal uma vez que em 2021 não foi previsto absentismo.

Variação de Gastos com o Pessoal - decomposição		
Gastos com o Pessoal s/ Capitalização EF2020		3 515 209
Variação de gastos devido a:		
Variação nos gastos com Órgãos Sociais	+	88 654
Saídas de colaboradores 2020	-	30 121
Entradas de colaboradores 2020	+	151 530
Absentismo 2019	-	84 747
Efeito ACT 2019	+	168 599
Efeito COVID-19	-	91 127
Indemnizações por rescisão	+	0
Variação de Outros gastos com Pessoal		
Seguros	+	37 194
Formação	+	1 734
Trabalho Suplementar + Prevenção	+	38 266
Subsidios (Alimentação, IHT, Turno)	+	41 881
Outros Encargos (fardamento, segurança, Medicina Trabalho)	+	65 358
Entradas de colaboradores 2021	+	261 310
Gastos com o Pessoal s/ Capitalização Orç2021		4 163 739

A variação da rúbrica de Subsídios (Alimentação, IHT, Turnos) é justificada pela necessidade de ajustar as rotinas de funcionamento de equipas em períodos mais alargados, nomeadamente com a criação de equipas em permanência ao fim de semana, bem como pelo pagamento de isenção de horários aos técnicos superiores responsáveis por sistemas permitindo uma maior disponibilização destes para ocorrências fora do período normal de funcionamento. Esta situação permitirá reduzir o recurso ao trabalho suplementar e prevenção, evidenciado na rúbrica de trabalho suplementar + prevenção e mitigar o risco de perda de atividade com a intervenção imediata em caso de condicionantes na continuidade e fiabilidade do fornecimento de água e serviço de saneamento de águas residuais. Esta alteração permitirá ter um maior acompanhamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

a) estes recrutamentos são imprescindíveis para a prossecução das atribuições acometidas à AgdA, conforme acima justificado;

b) não dispõe de recursos internos já colocados que possam satisfazer as necessidades subjacentes aos processos de recrutamento em causa;

c) cumpre atempada e integralmente, os deveres de informação previstos na Lei n.º57/2011 de 28 de novembro, na sua redação atual.

Atenta a situação de recursos humanos acima descrita, solicita-se autorização para proceder ao recrutamento de 22 trabalhadores em 2021 cujo impacto salarial se encontra acima plasmado.

3.9.3 CONTRATAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO DE COLABORADORES

A AgdA solicita autorização para o recrutamento destinado à substituição, ao longo do ano de 2021, de trabalhadores que desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanentes, sendo o recrutamento considerado imprescindível, tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público da respetiva empresa. Os encargos decorrentes do recrutamento destinado à substituição estão incluídos na proposta de orçamento anual e plurianual, não implicando qualquer aumento com gastos com pessoal.

3.9.4 CONVERSÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO A TERMO EM CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO

À data da elaboração do orçamento, considerando a legislação laboral em vigor, é possível identificar o número de trabalhadores com contrato de trabalho a termo cuja necessidade da função se manterá para além do término deste. Pelo exposto, solicita-se autorização prévia para, durante o ano de 2021, que o Conselho de Administração da AgdA seja dotado de autonomia de gestão para aprovação da conversão do contrato de trabalho a termo de vinte e quatro trabalhadores para contrato de trabalho por tempo indeterminado uma vez que desta conversão não resultará variação nos gastos com o pessoal nem no número total de trabalhadores contratados.

3.9.5 ORIENTAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÕES

A elaboração da proposta de orçamento teve em consideração todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

✓ Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;	✓ Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de Junho;
✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;	✓ Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
✓ Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;	✓ Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
✓ Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro;	✓ Lei 159-A/2015, de 30 de dezembro;
✓ Lei nº 159-D/2015, de 30 de dezembro.	✓ Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro;
✓ Decreto-Lei nº 254-A/2015, de 31 de dezembro;	✓ Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro;
✓ Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março;	✓ Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro;
✓ Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio;	✓ Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro.
✓ Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho;	✓ Lei nº 2/2020, de 31 de março

3.10 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Na AgdA não existe qualquer benefício pós-emprego e não tem instituído qualquer sistema complementar de pensões.

Por essa razão não efetua o pagamento de qualquer complemento às pensões atribuídas pelo Sistema Previdencial da Segurança Social, pela CGA, I.P. ou por outro sistema de proteção social, nem mesmo de complementos integralmente financiados pelas contribuições ou quotizações dos trabalhadores, através de fundos especiais ou outros regimes complementares, nos termos da legislação aplicável.

4. ESFORÇO PÚBLICO DE FINANCIAMENTO

Em 2019 e 2020 bem como para o triénio de 2021 a 2023 a AgdA não recebeu nem prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indeminizações compensáveis, bem como subsídios e outras operações similares.

Esforço Público de Financiamento *Unidade: Euros*	Real 2019	Estimativa 2020	Orçamento 2021	Previsão 2022	Previsão 2023
Empréstimos	0	0	0	0	0
Aumentos de capital	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais	0	0	0	0	0
Outras operações similares	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

5. CONCLUSÕES

O presente documento apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., efetuado com as melhores previsões, estimativas e informações que se conhecem à presente data.

Com base no exposto, o Conselho de Administração da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. irá propor aos acionistas que aprovem o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A.

Beja, 30 de dezembro de 2020

Assinado por : **FRANCISCO JOSÉ PINTO SILVA NARCISO**
Num. de Identificação: BI084164522

Francisco José Narciso
(Presidente do Conselho de Administração)

JOÃO MANUEL DA SILVA COSTA

Assinado de forma digital por JOÃO MANUEL DA SILVA COSTA
Dados: 2020.12.30 21:11:44 Z

João Manuel da Silva Costa
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por : **SUSANA MARGARIDA BARROCAS FEIO SOBRAL RAMALHO**
Num. de Identificação: BI095784586

Susana Margarida Barrocas Feio Sobral Ramalho
(Vogal do Conselho de Administração)